

**COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO QUE
LEVOU À NACIONALIZAÇÃO DO BPN
E SOBRE A SUPERVISÃO BANCÁRIA INERENTE**

26 de Fevereiro de 2009

19.ª Reunião

Ordem de trabalhos:

Audição Sr. Almiro Silva (Accionista e membro da Administração da SLN)

Índice remissivo

A

Afonso Candal (PS) · 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112

Agostinho Lopes (PCP) · 18, 19, 20, 21, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99

Almiro Silva · 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113

H

Hugo Velosa (PSD) · 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18

J

João Semedo (BE) · 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 99, 100, 101, 102

Jorge Seguro Sanches (PS) · 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80

N

Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) · 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

P

Presidente (Marques Júnior) · 3, 18, 22, 33, 52, 67, 80, 99, 113

O Sr. Presidente (Marques Júnior): — Srs. Deputados, temos quórum pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 18 horas e 20 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, com a presença do nosso convidado de hoje, o Sr. Almiro Silva.

A ordem das inscrições, de acordo com aquilo que está determinado, será a seguinte: PSD, PCP, CDS-PP, BE e PS.

Às perguntas, conforme temos vindo a fazer, se forem curtas, o Sr. Almiro Silva responderá de imediato.

No entanto, pergunto ao Sr. Almiro Silva se deseja fazer alguma introdução inicial ou se quer simplesmente responder às perguntas que lhe forem feitas.

O Sr. Almiro Silva (Accionista e administrador não executivo da SLN):
— Desejo responder pergunta por pergunta.

O Sr. Presidente (Marques Júnior): — Então, responderá pergunta por pergunta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer a presença do Sr. Almiro Silva para nos prestar alguns esclarecimentos nesta Comissão de Inquérito.

Começaria por uma questão de enquadramento que é a seguinte: Sr. Almiro Silva, nós temos alguns dados já apurados sobre a sua participação e funções na SLN SGPS e na SLN Valor, nomeadamente em relação à sua participação accionista, mas a primeira questão que gostaria de lhe pôr era sobre quais os cargos ou funções que exerceu na SLN e durante que período.

Portanto, em termos de cargos e não como meramente accionista.

O Sr. Almiro Silva: — Ora bem, eu sou accionista, primeiro, da SLN SGPS e, mais tarde, fui accionista da SNL Valor, mas não exerci funções em nenhuma delas.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Pois, mas eu tinha aqui indicação, de acordo com uma acta da SLN, que teria entrado para a administração em 23 de Novembro de 2007.

O Sr. Almiro Silva: — Entrei para a administração em 9 de Janeiro de 2008.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Para a administração da...

O Sr. Almiro Silva: — SLN.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Exactamente!

E, portanto, mantém-se na administração ou...

O Sr. Almiro Silva: — Sim, mantenho-me na administração como não executivo.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Muito bem.

Então, gostaria de saber o seguinte: tanto quanto temos aqui presente, de acordo com a acta n.º 132 da SLN, de 23 de Novembro de 2007, o senhor teria entrado para a administração em substituição dos Drs. Luís Caprichoso e José Mendes Ribeiro. Isto é verdade?

O Sr. Almiro Silva: — Eu não assisti a essa nomeação.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Não é nomeação, a questão que estava a pôr era se foi em substituição de...

O Sr. Almiro Silva: — Quer dizer, eu não sei de quem foi a substituição, sei que foi pensado, em 2007, que havia de entrar um accionista para a SLN e foi a partir daí que eu fui nomeado, mais tarde.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Mas, de qualquer maneira, sabe quais são as razões que levaram à renúncia do cargo por parte das pessoas de que falei — Dr. Luís Caprichoso e José Mendes Ribeiro — isto é, a razão por que é que teriam saído da administração.

O Sr. Almiro Silva: — Sr. Deputado, eu não sei qual foi a razão, não tive acesso a esses dados.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Como foi para administração e tomou posse em 9 de Janeiro de 2008, naturalmente que acompanhou aquela fase do ano de 2008 em que foi presidente do conselho de administração o Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Almiro Silva: — Exactamente!

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — A questão que, desde logo, lhe coloco é a seguinte: tem-se falado aqui, na Comissão, da existência de um documento intitulado *SLN – O estado da nação* e começo por lhe perguntar se conhece o documento.

O Sr. Almiro Silva: — Não. Eu conheço um documento – chamem-lhe o nome que entenderem – que nos foi lido em Abril, a mandado do Sr. Dr. Vakil, onde se fazia o ponto da situação em que se encontrava o Grupo. É isso que eu conheço.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Deve ser o mesmo documento, ainda que o nome possa não ser o mesmo. É um documento de que, aqui, temos falado muito.

Mas eu queria saber se, ao ter conhecimento dele em Abril, sabia quem é que teve a iniciativa de elaborá-lo.

O Sr. Almiro Silva: — Penso que foi o Dr. Vakil quem mandou elaborar o documento.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Pergunto-lhe se sabe se esse documento chegou ao conhecimento do Banco de Portugal, ou seja, para além de ter sido dado conhecimento dele aos administradores do Grupo SLN, e não só ao Sr. Almiro Silva, julgo eu, se também chegou ao conhecimento do Banco de Portugal.

O Sr. Almiro Silva: — Não tenho conhecimento disso, Sr. Deputado.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Portanto, nunca ouviu dizer se esse documento era só para uso interno ou... Estou a perguntar-lhe isto porque também temos estado aqui a apurar quando é que o documento chegou ao conhecimento do Banco de Portugal, se é que chegou, ou se o documento era um documento meramente interno para os administradores e para os accionistas.

Esta era a questão que lhe punha.

O Sr. Almiro Silva: — Quer dizer, esse documento foi lido lá, no conselho superior, mas penso que não passou dali. Penso, mas não tenho a certeza.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Não tem a certeza. Muito bem.

Estou a fazer esta pergunta porque esse documento tinha, realmente, como julgo que se recorda, muita informação sobre a situação do Banco BPN, do Banco Insular e do BPN Cayman.

Portanto, tinha muita informação sobre a forma como se processavam as coisas entre estas três entidades.

Na altura, apercebeu-se de que havia informação sobre o Banco Insular nesse documento que foi distribuído aos administradores, mas não sabe se, apesar de tudo, a informação que lá constava, como já disse e, portanto, não vale a pena estar novamente a perguntar, saiu para o Banco de Portugal ou se o Banco de Portugal procurou ter conhecimento do documento.

O Sr. Almiro Silva: — Não sei, sinceramente, não sei.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Há uma carta de 2 de Junho de 2008, em que o Dr. Abdool Vakil e o Eng. Francisco Sanches reconhecem a titularidade do Banco Insular pela SLN.

O que lhe pergunto é se, uma vez que teve conhecimento dessa carta, embora não saiba se chegou ao Banco de Portugal e em que condições. Sabe se isso teve algum andamento após o facto de se fazer referência à forma como o banco actuava em relação ao Banco Insular?

O Sr. Almiro Silva: — Não sei como é que actuava, mas sei que essa carta seguiu para o Banco de Portugal.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Portanto, pelo menos a carta de 2 de Junho de 2008 seguiu para o Banco de Portugal com essa referência da titularidade do Banco Insular e da forma como o Banco Insular actuava.

Pode confirmar que foi para o Banco de Portugal, mas não sabe que reacção é que o Banco de Portugal teve ao ter conhecimento dessa carta, isto é, se teve alguma ou o que é que fez?

O Sr. Almiro Silva: — Não sei, não sei mais nada.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Mas, mas sendo administrador do Grupo SLN e tendo tido conhecimento desse facto, a certa altura, terá sido determinada uma auditoria externa independente, que, aqui, na Comissão, o Dr. Miguel Cadilhe e outros administradores informaram que foi de sua iniciativa.

Pergunto-lhe se essa iniciativa de determinar uma auditoria externa independente foi, efectivamente, do Dr. Miguel Cadilhe e, portanto, da administração a que pertencia, ou se foi por determinação de outra entidade, nomeadamente do Banco de Portugal.

O Sr. Almiro Silva: — Foi por iniciativa do Dr. Miguel Cadilhe e da administração, que se falou dos pormenores que foram colocados para haver uma auditoria externa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Portanto, nunca foi feita nenhuma referência de que a iniciativa tenha partido do Banco de Portugal mas, sim, que a iniciativa era da administração e do Dr. Miguel Cadilhe que presidia à administração.

Agora, faço-lhe uma outra pergunta: não conhecia o tal documento com as referências ao Banco Insular e à forma como funcionava o Banco Insular em relação ao BPN, mas, pergunto-lhe, desde quando é que tem conhecimento da existência desse Banco Insular e daquilo a que se tem chamado aqui um balcão virtual?

O Sr. Almiro Silva: — Tenho ouvido falar no Banco Insular desde 2004 ou daí para cá.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — E, já agora, tendo ouvido falar do Banco Insular e sendo um accionista de referência ou um dos proprietários do BPN, pergunto-lhe o que é que o Banco Insular representava para...

O Sr. Almiro Silva: — Ouvia falar do Banco Insular como ouvia falar de outros bancos, quer dizer, que não diziam respeito nenhum ao Insular.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Mas, agora, pergunto-lhe outra coisa: ouvindo falar desde 2004, embora fosse, na altura, só accionista da SLN, não acha estranho que a forma de funcionamento do Banco Insular, em relação ao BPN, só tenha chegado ao conhecimento do Banco de Portugal, segundo aqui já foi dito, muito mais tarde?

Se, realmente, os accionistas sabiam desde 2004, pode ou não confirmar à Comissão que o Banco de Portugal também já tinha conhecimento da existência e da forma como o Banco Insular funcionava?

O Sr. Almiro Silva: — Quer dizer, o Banco Insular, para mim, era um banco como outro qualquer. Eu não sei se os outros accionistas sabiam ou não do Banco Insular. Nem sei como é que isso funcionava. Sinceramente, não sei.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Mas, então, eu pergunto: ouviu falar do Banco Insular em que condições? Já disse que, de certa forma, era como se fosse uma situação normal de funcionamento com o BPN. É isso?

O Sr. Almiro Silva: — Sinceramente, eu não tinha acesso a essas técnicas. Portanto, sobre como é que isso funcionava, não lhe posso responder.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — É que o Dr. António Franco, quando foi aqui ouvido, referiu que, a partir de Maio de 2007, começou a falar com os accionistas de referência e, portanto, não era com os administradores ou com quem tinha poderes no Grupo, sobre a situação do Banco Insular.

Chegou a ter algum conhecimento daquilo que o Dr. António Franco confirmou aqui, isto é, que tinha falado com os accionistas de referência? E V. Ex.^a será um dos accionistas de referência, pelo menos, pelos dados que temos aqui sobre aquilo que é como accionista da SLN SGPS e da SLN Valor.

O Sr. Almiro Silva: — O Sr. António Franco nunca fez nenhuma reunião com os accionistas para lhes explicar isso, podia dizer aqui ou ali pequenas coisas, mas realmente nunca reuniu com os accionistas para esse fim.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Portanto, sem ser em reuniões, consigo, directamente, nunca disse nada sobre isto?

O Sr. Almiro Silva: — Comigo disse...

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Ah, disse pessoalmente!

O Sr. Almiro Silva: — ...isto é, num almoço ou num café chamou-me a atenção.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Portanto, numa conversa informal?

O Sr. Almiro Silva: — Exactamente.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Mas, nessa conversa informal, o que é que ele disse. Recorda-se?

O Sr. Almiro Silva: — Disse que havia, realmente, um buraco no Banco Insular. Foi isso que ele disse.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Disse um buraco. É capaz de precisar um pouco melhor o que é que quer dizer com isso de havia um buraco em relação ao Banco Insular?

O Sr. Almiro Silva: — Um buraco, quer dizer...

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Desculpe, nós sabemos o que é um buraco, eu percebi a ideia do buraco!

O Sr. Almiro Silva: — Mas foi o que ele explicou, foi que havia realmente um défice do Banco Insular.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Um défice do Banco Insular em relação ao BPN?

O Sr. Almiro Silva: — Ao BPN talvez. Sim, ao BPN.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Ele alertou-o para que a situação era, enfim, pouco grave ou poder-se-ia resolver o problema, mas não lhe referiu mais nada sobre essa situação do Banco Insular?

O Sr. Almiro Silva: — Talvez não tenha assim ligado...

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Portanto, já percebemos que foi uma conversa informal e já percebemos também que conhecia do Banco Insular e que, pelos vistos, só nessa altura é que foi chamado a atenção para o buraco que existia e por isso é que eu estava a perguntar se a conversa informal foi só isso ou se houve mais algumas justificação da situação e se, por exemplo, o Dr. António Franco...

O Sr. Almiro Silva: — Não, não houve mais justificação nenhuma.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Nem, da sua parte, não houve nenhuma iniciativa...

O Sr. Almiro Silva: — Não, não houve nenhuma iniciativa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Não tentou saber o que é que se passava com o tal buraco do Banco Insular?

O Sr. Almiro Silva: — Não, foi o que ele nos disse, mas que era resolúvel, quer dizer, que era simbólico, digamos assim.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Quer como accionista e, depois, como administrador a partir de Janeiro de 2008, o Sr. Almiro Silva chegou a ter algum contacto com o Banco de Portugal?

O Sr. Almiro Silva: — Fui ao Banco de Banco Portugal, sim.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Então, uma vez que foi ao Banco de Portugal, é capaz de nos contar em que condições e o que é que se passou e, se possível, em que data?

O Sr. Almiro Silva: — Penso que foi em Maio de 2008 que a administração da SLN foi ao Banco de Portugal, onde, realmente, o Banco de Portugal nos comunicou que havia muitas respostas para dar em atraso.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Portanto, essa reunião foi sobretudo para o Banco de Portugal dizer à administração que havia muitas respostas que estavam por dar?

O Sr. Almiro Silva: — Exactamente!

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — E o Sr. Almiro Silva, sendo administrador, não procurou saber quais eram as respostas que havia para dar e sobre que temas?

O Sr. Almiro Silva: — Como eu não era executivo, não me preocupei com isso, porque isso dizia respeito ao Dr. Vakil, que era o presidente.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Portanto, foi lá com o Dr. Abdool Vakil ou com mais administradores?

O Sr. Almiro Silva: — Com toda a administração.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Ah, toda a administração foi lá, a essa reunião, em Maio de 2008.

O Sr. Almiro Silva: — Exactamente.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — O Dr. Miguel Cadilhe disse, nesta Comissão, que houve uma grave e demorada falha na supervisão por parte do Banco de Portugal em relação ao BPN.

Não vou pedir que comente porque, enfim, as pessoas vem aqui convidadas não propriamente para fazer comentários, mas pergunto-lhe,

em termos dos factos que conhece, como é que classifica a actuação do Banco de Portugal nesta matéria.

O Sr. Almiro Silva: — Sinceramente, não classifico de forma alguma, porque aquilo que foi dito lá, nessa reunião que tivemos, é que havia respostas para dar desde 2004.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Portanto, nessa reunião, foi dito que havia respostas para dar desde 2004 e não desde meados de 2007. Portanto, havia respostas para dar e as respostas seriam à volta desta situação do chamado buraco?

O Sr. Almiro Silva: — Não sei, Sr. Deputado, sinceramente.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Pronto, eu não estou a tentar obrigá-lo a responder, naturalmente. É que as respostas podem ser de uma coisa completamente inócua como podem ser de coisas muito mais graves e, por isso, é que estava a querer saber se se apercebeu que as respostas que havia para dar, desde 2004, eram de maior gravidade ou se eram coisas mais inócuas. Julgo que terá chegado à conclusão de que não seriam assim tão inócuas, porque para o Banco de Portugal convocar toda a administração da SLN é porque, certamente, haveria coisas de maior gravidade.

E, já agora e para terminar, gostaria de saber o seguinte: sendo um accionista de referência em termos de posição accionista, e tendo sido, entretanto, determinada a nacionalização do BPN, pergunto-lhe se, nessa

situação de accionista e accionista de referência, entende que se justificou essa nacionalização ou se haveria outras alternativas à nacionalização.

Esta era a última questão que queria deixar, embora, numa segunda ronda, possa voltar a colocar mais questões.

O Sr. Almiro Silva: — Quer dizer, eu penso que talvez houvesse outras alternativas. Também não as conheço, mas o Dr. Miguel Cadilhe tentou algumas situações para resolver o problema, não conseguiu e houve a nacionalização.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Nessa altura, naturalmente sendo da administração e não só por isso, entendia que poderia haver outras alternativas?

O Sr. Almiro Silva: — Eu penso que sim, que havia outras alternativas.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Exactamente. Isso era na altura. E agora? Ou seja, depois do que se foi sabendo, acha que poderia haver ou não outras alternativas àquilo que foi determinado?

Estou a fazer esta pergunta a um accionista de referência da SLN, e parece-me que é uma pergunta perfeitamente pertinente – aliás, nem gosto de fazer perguntas impertinentes.

O Sr. Almiro Silva: — Nem agora nem nessa altura tínhamos conhecimento de tudo. Não tínhamos conhecimento de tudo e eu nem tinha conhecimento das coisas que se estavam a passar.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Quer dizer com isso que, depois, veio a ter conhecimento de outras coisas que se estavam a passar e que não conhecia, na altura?

O Sr. Almiro Silva: — Exacto.

O Sr. Presidente (Marques Júnior): — Obrigado, Sr. Deputado Hugo Velosa.

Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Almiro Silva disse-nos que só passou a fazer parte da administração a partir de Janeiro de 2008, mas é accionista de referência, desde quando?

O Sr. Almiro Silva: — De referência? Não sei se é de referência, mas sou accionista desde 1999.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Portanto, desde 1999.

Então, diga-me: participava, habitualmente, nas assembleias-gerais do Grupo SLN.

O Sr. Almiro Silva: — Participava.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Considera que as assembleias-gerais decorriam de uma forma regular, normal, e eram feitas regularmente?

O Sr. Almiro Silva: — As assembleias-gerais decorriam todas normalmente.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Sabia se havia actas ou não dessas assembleias-gerais?

O Sr. Almiro Silva: — Não sei, Sr. Deputado, não lhe posso responder, porque não assistia a isso.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Diga-me uma coisa: como accionista de referência, um accionista importante, a partir de quando é que começou a ter preocupações com a administração da SLN.

O Sr. Almiro Silva: — Desde quando?

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — A partir de quando?

O Sr. Almiro Silva: — Quer dizer, eu não tive desconfianças nenhuma, acreditei sempre no Grupo. E se acreditei sempre, não...

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Só em 2008 é que tomou conhecimento do conjunto de problemas que existiam?

O Sr. Almiro Silva: — Não, esse conhecimento nunca o tive em pleno? Fui andando e nunca o tive em pleno. Só agora, no fim de 2007, é que começámos a ver que havia coisas, que não era capaz de estar tudo bem.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Exactamente em 2007, há um conjunto de accionistas que começa a questionar a administração que estava a ser feita. Pergunto-lhe se participou nesse grupo de accionistas que contestou a...

O Sr. Almiro Silva: — Sim, porque estava só na posse de uma única pessoa, que decidia tudo, e nós queríamos alterar a governação do Grupo.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Mas a única razão que os leva a fazer essa contestação era a falta de informação ou era a preocupação relativamente a problemas que, entretanto, o próprio Banco de Portugal vinha manifestando?

O Sr. Almiro Silva: — Era a falta de informação que nos faltava a nós, accionistas.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Não tinham informação nenhuma das preocupações do Banco de Portugal nem da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários...

O Sr. Almiro Silva: — Não, nós não tínhamos informação nenhuma.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Sabia que a administração anterior à do Dr. Miguel Cadilhe, de que fez parte, o Dr. Abdool Vakil, o anterior presidente, esteve proibido de fazer auditorias externas pelos próprios accionistas que o nomearam?

O Sr. Almiro Silva: — Acho que não!

O que todos dissemos ao Sr. Presidente Dr. Vakil foi que, realmente, viria gente nova, viria outro presidente e esse presidente é que ia tratar desses assuntos da auditoria externa e de outras coisas assim no género. Foi o que disseram os accionistas.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Já aqui foram feitas referências ao documento *SLN – O estado da nação*. Os accionistas tinham conhecimento da existência de um outro documento que antecedeu esse, documento esse não assinado que fazia um balanço da situação da SLN?

O Sr. Almiro Silva: — Não tinha e não tenho conhecimento desse documento.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Sr. Presidente, muito obrigado.

O Sr. Presidente (Marques Júnior): — Passo, agora, a palavra ao Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria agradecer ao Sr. Almiro Silva a oportunidade que nos dá e pedir-lhe alguns esclarecimentos adicionais em relação ao que já foi dito.

Para começar, pergunto-lhe que funções desempenhou antes de, em 9 de Janeiro de 2008, ter sido nomeado administrador não executivo.

O Sr. Almiro Silva: — Desde quando? Não ouvi, desculpe.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O senhor explicou à Comissão que, em 9 de Janeiro de 2008, passou a desempenhar funções de administrador não executivo. Antes disso que funções desempenhava no universo do Grupo SLN?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não tinha quaisquer funções, era apenas accionista.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Como administrador não executivo, o que fazia? Participava em reuniões...

O Sr. Almiro Silva: — Não, só tínhamos o conselho de administração de tempos a tempos. Quer dizer, havia a comissão executiva e o conselho administrativo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Vamos cá ver: durante a administração do Dr. Abdool Vakil estimaria em quantas as reuniões aquelas em que participou?

O Sr. Almiro Silva: — Particpei em alguns conselhos com o Dr. Vakil, exactamente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Desde?

O Sr. Almiro Silva: — Desde que o Dr. Vakil tomou posse.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem, desde que o Dr. Vakil tomou posse!

O Sr. Almiro Silva: — E o Dr. Vakil tomou posse no dia 20 de Fevereiro de 2008, salvo erro.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ora bem, tem-se invocado aqui um documento, denominado *SLN – O estado da nação*, que, em boa verdade, não é um documento mas são três, porque há três versões e eu, hoje, trouxe comigo duas.

Na verdade, uma delas é *O estado da nação* sem mais, e uma segunda, aquela que poderá ter conhecido e que lhe deverá dizer qualquer coisa é a *SLN – O estado da nação - Março de 2008*.

O senhor disse aqui que a iniciativa deste documento deverá ter sido do Dr. Vakil, e eu peço-lhe que pense um bocadinho melhor e tente recordar-se se não seria de uma iniciativa anterior e se este documento não teria tido necessariamente uma outra versão, porque, parece-me, esta versão *SLN – O estado da nação - Março de 2008*, teria tido uma versão anterior na sequência de um conselho de administração que não aquele do qual o Dr. Vakil foi presidente. É ou não assim?

O Sr. Almiro Silva: — Não. Esse documento ou um documento idêntico a esse sobre a situação do Grupo só aparece em 10 de Abril de 2008.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Em 10 de Abril de 2008?

O Sr. Almiro Silva: — Sim, não tenho bem a certeza, mas acho que é a 10 de Abril de 2008.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, isso reporta-nos a esta segunda versão do documento *SLN – O estado da nação - Março de 2008*, de que o Sr. Almiro terá tido conhecimento em Abril.

Pergunto-lhe: teve, então, conhecimento, pela primeira vez, deste documento em 10 de Abril? Isto é, foi a primeira vez que ouviu falar deste documento? Em 10 de Abril de 2008?

O Sr. Almiro Silva: — Esse documento ou um idêntico...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Como é que o Dr. Vakil o apresentou? Conte lá como é que o Dr. Vakil o apresentou.

O Sr. Almiro Silva: — O Dr. Vakil apresentou esse documento no conselho superior e disse que era preciso um aumento de capital de 300 milhões de euros.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ora bem, parece-me que terá sido 200 e qualquer coisa milhões, mas já lá vamos.

Quem fazia parte desse conselho superior, ou seja, quem é que estava presente nessa reunião quando o conteúdo deste documento foi divulgado?

O Sr. Almiro Silva: — Estava reunido o conselho superior.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — De memória, por favor, se quiser relatar à Comissão alguns nomes das pessoas que estariam presentes.

O Sr. Almiro Silva: — Estava o Sr. Joaquim Coimbra, o Sr. Manuel Veríssimo, o Sr. Avelino Gaspar, o Sr. Fernando Cordeiro, o Sr. Adelino Silva, o Sr. Eng.º Neves dos Santos e o Dr. Rui Machete.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem!

Ora bem, isto leva-me a esta questão, que me tem causado alguma perplexidade: é que este documento, ou o seu conteúdo, revela o que de fundamental hoje percebemos com muita gravidade no BPN.

Este documento revela, entre outras coisas, problemas do Grupo e inventaria esses problemas do Grupo, quantifica-os: refere 517 milhões de euros a propósito das contas investimento; refere 585 milhões de euros a propósito do Banco Insular, explicando que era constituído por depositantes a 100% provenientes do Grupo BPN, que uma parte do balanço estava *off balance* – que o banco financiador de investimentos do Grupo não estava relevados no balanço do Grupo –; refere 80 milhões de euros em acções da SLN e da SLN Valor detidas por veículos, os tais *offshores*; refere 145 milhões em compromissos extra-patrimoniais não assumidos, com veículos como pertencentes a terceiros quando, de facto, eram do Grupo SLN e refere alguns destes *offshores*, como a tal Erei (Sabrico), Jespersen (Fábrica do Gelo), Abnerka (Terreno Luanda), Verida, Allgold, enfim, veículos *offshores* não relevados na contabilidade do banco; e refere, ainda, 230 milhões de euros em insuficiências de provisões centradas, desde logo, em quatro grandes clientes: El-Assir, Devecó, Olivimo, Grupo Miró e também BPN Cayman e BPN IFI, estes dois últimos com insuficiências de provisões de 80 milhões de euros.

Depois, este documento dá várias possibilidades para tentar resolver esta situação, que supostamente esta administração colocou.

E a pergunta, que agora lhe faço, é esta: o conselho superior tem deveres e tem deveres também para com o Banco de Portugal. A primeira vez que é comunicado ao Banco de Portugal, segundo aqui nos refere, por

escrito, em carta, da existência de relevância do Banco Insular terá sido em 2 de Junho de 2008.

Sucedo que esta notícia, dada com esta abrangência, a várias pessoas, uma das quais o Sr. Almiro, mas não apenas, aconteceu em Abril de 2008. E a pergunta que lhe faço é: por que é que não deram conhecimento, como seria suposto, ao Banco de Portugal, de todos os factos que este documento relata?

O Sr. Almiro Silva: — Sr. Deputado, eu não posso adiantar nada porque, realmente, não estava na minha mão qualquer informação que eu pudesse dar. Isso ficou entregue ao Dr. Vakil e o Dr. Vakil é que tratou desses assuntos; não fui eu.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Isso compreendo: que o Dr. Vakil tenha tratado do documento e o tenha apresentado, é uma evidência, mas, quando se apresenta um documento, esse documento passa a ser do conhecimento de mais pessoas.

E a questão é exactamente esta é que a partir do momento em que tomam conhecimento destes factos, das duas uma: ou os comunicaram ao Banco de Portugal, ou o Banco de Portugal já os conhecia; ou, então, não os comunicando, de alguma forma, estão também a encobrir do Banco de Portugal a informação que seria suposto prestarem por ser relevante. Ou não é assim?

O Sr. Almiro Silva: — Quer dizer, eu não tinha hipótese, individualmente, de comunicar fosse a quem fosse, na verdade, porque

isto ficou entregue ao Dr. Vakil e o Dr. Vakil é que era o presidente e, como foi ele que mandou elaborar o ponto da situação do Grupo, era a ele que pertencia comunicar ou não, não era eu.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Como lhe referi, Sr. Almiro, isso já transitou, garanto-lhe.

Posso dizer-lhe que na primeira versão de *O estado da nação*, já se referiam também contas investimento com *nuances* que este não tinha. Até vou ler este parágrafo, que é relevante e que diz: «Actualmente o Banco Insular possui crédito concedido num total de 570 milhões de euros, estando 192 milhões de euros relevados no balanço e os restantes 385 milhões de euros contabilizados fora do balanço. Na prática, É como se dois bancos existissem, sendo um o oficial e outro o não oficial».

Curiosamente, se formos ver a carta do dia 2 de Junho, a informação que lá se presta é esta, com excepção desta referência de existir um banco oficial e outro não oficial, mas isto demonstra como, desde muito antes dessa reunião de 10 de Abril, esta situação era conhecida.

Devo dizer que me espanta que o Dr. Vakil seja, até hoje, considerado como presidente do conselho de administração colaborante, com elogios públicos por parte do Banco de Portugal, que já fez ameaças a outros administradores, curiosamente, porque prestaram depoimentos nesta Comissão, mas apesar de ter o Banco de Portugal conhecimento deste facto, ou seja, da existência de um documento que prova, sem qualquer margem para dúvidas, que a administração do Banco de Portugal, também do Dr. Vakil, já há muito mais tempo sabia disto e

supostamente não o reportou ao Banco de Portugal, não faz coisa nenhuma, nem desfaz coisa nenhuma e eu gostava de tentar perceber isso.

Gostava, pois, que me explicasse, porque, afinal, o Sr. Almiro era membro não executivo do conselho de administração, como é que se explica que uma determinada administração possa chamada de colaborante, e até hoje sem qualquer expressão diferente ou contrária, quando, desde o momento em que entrou em funções, sabe desta realidade e só a reporta ao Banco de Portugal muito mais tarde, ou seja no dia 2 de Julho de 2008?

Pergunto-lhe: porquê? Porque, que me conste, o Banco de Portugal sobre isto não levantou nenhum qualquer processo de contra-ordenação a ninguém. Ou levantou? Mais até: eu já ouvi do Banco de Portugal, num comunicado, que é público, e, por isso, eu aqui o invoco, a afirmação de que em relação a vários responsáveis bancários estava em cima da mesa a possibilidade de processos de contra-ordenação e sanções de inibição de desempenho de funções.

E, então, eu pergunto: então, esta administração omite durante todos estes meses esta informação ao Banco de Portugal, segundo aqui nos demonstra, porque diz que a comunicação só foi no dia 2 de Julho, e, então, em relação a isso, em que é que ficamos? Como é que se explica que uma administração, de que o senhor fez parte, tenha ficado em Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio e Junho sem dar esta informação ao Banco de Portugal e ainda consiga ser tida por colaborante? É isso que eu gostava de perceber.

O Sr. Almiro Silva: — Sr. Deputado, não era eu que ia dar a informação ao Banco de Portugal, porque nem tinha elementos para isso!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, mas como é que o senhor explica? Isto porque eu, em relação ao Dr. Oliveira e Costa, já ouvi nesta Comissão a tentativa de muita coisa. E, aliás, dá imenso jeito agora passar a ideia de que o Dr. Oliveira e Costa, afinal, era o único mau da fita e o responsável por todas estas... Eu devo dizer que não acredito e acho que já demonstramos aqui o contrário.

Agora, o Dr. Vakil é outro capítulo, é outra administração, não estou a tirar conclusões, mas gostava de perceber por que razão é que, em relação ao Dr. Vakil... Quer dizer, eu não quero acreditar que o Dr. Vakil também fosse uma administração de um homem só. O Dr. Vakil era a tal administração colaborante e, por isso, pressupõe-se que, essa administração colaborante, funcionava com outras regras e, funcionando com outra regras, teria decisões partilhadas e, tendo decisões partilhadas, eu gostava de perceber por que razão é que, desde o momento em se sabe desta realidade, que é expressa num documento, que foi lido a accionistas e a membros do conselho superior, desde Janeiro, imediatamente não foi comunicado ao Banco de Portugal esta realidade e por que é que se esperou meses até que isto acontecesse?

O Sr. Almiro Silva: — Peço desculpa, mas não foi desde Janeiro, o documento foi em Abril!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, mas já lhe expliquei, Sr. Almiro, que esta é uma outra versão.

O Sr. Almiro Silva: — Mas a informação ao Banco de Portugal não dependia de mim, de forma alguma.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Almiro, devo dizer que o próprio Dr. Vakil já assumiu aqui, em audição, e tenho a certeza que certamente verificou com atenção, que este documento era outra versão, e até disse: bom, essa é outra versão, isso já vem de trás.

Mas, nem que fossem em Abril, nem que déssemos como bom que fosse a 10 de Abril, convenhamos que um documento pedido pelo Dr. Vakil, mesmo que tivesse terminado em 10 de Abril, para condensar toda esta informação, exigiria muito tempo de trabalho prévio e anterior.

E o que eu pergunto é por que razão é que isto não foi comunicado imediatamente ao Banco de Portugal. Ou foi? Se me disser: «mas eu acho que foi», isso já é outra questão. Então, o Banco de Portugal saberia antes. O que eu estranho é que o Banco de Portugal não tenha tido uma informação e que se tenha conformado com essa falta de informação, pelo menos, sendo supervisor equidistante e com o mesmo peso e a mesma medida relativamente a todas as áreas da sua supervisão.

Quer dizer, eu não compreendo que, em relação a algumas das pessoas que aqui estiveram e que disseram o que disseram, colaborando com o Parlamento, tenha havido a ameaça de inibição do exercício de funções e, em relação à administração do Dr. Vakil, que hoje se percebe que esteve meses sem prestar esta informação ao Banco de Portugal, não

aconteça nada! E eu pergunto: mas como é que não acontece nada? O que é que racionalmente justifica que não aconteça nada e que ainda continue a merecer a avaliação de colaborante?

Tento aqui racionalizar um bocadinho e ter explicações para aquilo que não faz sentido e isso não me faz sentido.

O Sr. Almiro Silva: — Sr. Deputado, eu como administrador não executivo não podia tomar a iniciativa de enviar isso ao Banco de Portugal. Havia lá administradores executivos...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O facto de ser um administrador não executivo não dá relevância ao não executivo, dá relevância ao administrador. Não se é administrador por título. Eu compreendo que um administrador executivo tem funções que um não executivo não tem, mas, a partir do momento em que o administrador não executivo toma conhecimento de factos que são objectivamente ilícitos, o administrador não executivo é solidário nesse conhecimento com todo o conselho de administração.

Mas, independentemente disso, o senhor explicou aqui – e eu retive – que isto foi transmitido a todo o conselho superior e o conselho superior tem obrigações. Nós estamos a falar de pessoas com grande relevo e responsabilidades públicas, às vezes, durante muitos anos. Um conselho superior tem obrigação de reportar ao Banco de Portugal o conhecimento de actos ilícitos de que tome conhecimento no âmbito do seu exercício.

E eu gostava, de facto, de perceber como é que se sabe, num determinado tempo, desta circunstância... E até lhe vou dizer mais, Sr.

Almiro: tenho aqui ainda a comunicação que o Dr. Abdool Vakil leu numa assembleia-geral – e, se me der um segundo, eu procuro.

Pausa.

O Sr. Presidente (Marques Júnior): — O Sr. Deputado não quer deixar isso para uma segunda volta?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu cito de memória.

Nesta exposição que o Dr. Vakil fez numa assembleia-geral a accionistas, são referidos os graves problemas do Grupo, é dada conta da existência de dezenas de respostas por dar ao Banco de Portugal há muito tempo, é classificado como um ambiente de crispação e de ruptura – estou a dizer de memória e, portanto, não sei se os adjectivos são os exactos – o existente entre o Banco de Portugal e o BPN pela falta reiterada dessas respostas. E estou a falar de uma assembleia-geral que é, se a memória não me falha, de Junho de 2008.

Mas tudo isso já se sabia há muito mais tempo. Está-se em Junho de 2008 a argumentar a falta das respostas como a razão de ser pelo ambiente de crispação e de ruptura com o Banco de Portugal e, afinal, temos uma administração que, ela própria, tinha essas respostas, desde o início, e não as prestou. Isso é que gostava de perceber. Porque não basta chegar aqui – e eu compreendo e devo dizer que sou o primeiro dos críticos da supervisão nos termos em que tem funcionado – e dizer que a supervisão não funcionou, quando outros tinham conhecimento desses

factos, que era suposto terem transmitido à supervisão e, segundo aqui me diz, desde Janeiro não o transmitiram.

E eu gostava de saber se assim ou não foi; a menos que tenha sido transmitido. E isso é que também gostava de perceber. Porque, Sr. Almiro, eu não concebo que o Banco de Portugal saiba hoje que, supostamente, o Dr. Vakil tinha conhecimento de tudo isto, desde, no mínimo, de Janeiro de 2008, e não se reporta a esta data de Abril, porque esta é uma segunda versão, como lhe disse, que em Janeiro já era conhecida, e, apesar de tudo, essa administração continue a ser chamada de colaborante.

O Sr. Almiro Silva: — Eu nunca tive conhecimento das cartas do Banco de Portugal, senão mais tarde.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Outra pergunta: o Sr. Almiro tinha alguma conta ou *offshore* utilizado para ter acções do Grupo SLN?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não, não tenho nada disso, não senhor.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E alguma conta no Banco Insular?

O Sr. Almiro Silva: — No Banco Insular, pessoalmente, não tenho, tenho uma firma...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Tem uma firma...

O Sr. Almiro Silva: — ... que tem lá uma conta.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Uma firma sua tem uma conta no Banco Insular?

O Sr. Almiro Silva: — Exactamente!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Desde quando, Sr. Almiro?

O Sr. Almiro Silva: — Desde 2004, talvez.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Desde 2004!

É que o senhor, há pouco, dizia-nos que só teve conhecimento destes factos em 2008, em Abril, quando...

O Sr. Almiro Silva: — Não, eu disse em 2004.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ah, em 2004! Então, muito obrigado pelo esclarecimento.

Diga-me uma coisa: e no BPN Cayman e no BPN IFI?

O Sr. Almiro Silva: — Como?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E no BPN Cayman?

O Sr. Almiro Silva: — No BPN Cayman...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — No BPN Cayman também?

O Sr. Almiro Silva: — Não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E como é que funcionava essa sua conta no Banco Insular? O senhor tinha a percepção, desde 2004, de que o Banco Insular era realidade SLN ou não?

O Sr. Almiro Silva: — Quer dizer, eu não sabia como é que funcionava o Banco Insular. Não sabia. Contracei um empréstimo para uma empresa nossa e, realmente, passou-se o tempo e já liquidámos parte da dívida e vou liquidar o resto.

Agora, de facto, não sei como funcionava, sinceramente não sei.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas com quem é que o senhor contactava para que lhe fossem concedidos esses empréstimos no Banco Insular.

O Sr. Almiro Silva: — Contactei, inicialmente, com o Dr. Oliveira e Costa e, depois, falei com o Sr. António Franco.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E, então, foi por essa via que lhe foi indicado o Banco Insular como a entidade que concederia esse crédito. Mas em que âmbito? Foi-lhe dito que há aqui um banco em Cabo

Verde que é nosso amigo e que vai emprestar o dinheiro..., ou foi-lhe dito que há aqui um banco que funciona em parceria connosco e que....

O Sr. Almiro Silva: — Não, não. Foi a primeira forma, isto é, que havia aqui um banco que podia fazer um empréstimo. E foi o que foi feito.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E quem é que o senhor contactou em Cabo Verde para que esse empréstimo lhe fosse concedido?

O Sr. Almiro Silva: — Eu só falei com o Dr. Oliveira e Costa e ele é que tratou de tudo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E com o António Franco, como também referiu?

O Sr. Almiro Silva: — Sim, com o António Franco, exactamente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas é suposto que, se eu quero fazer um empréstimo em Cabo Verde, tenha de falar, pelo menos, com alguém de Cabo Verde, não é assim?

O Sr. Almiro Silva: — Como?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Se eu vou fazer um empréstimo junto de um banco de Cabo Verde, custa-me a crer que o

dinheiro, de repente, apareça sem que tenha de contactar alguém responsável desse banco em Cabo Verde. Ou não é assim?

O Sr. Almiro Silva: — Foi tudo através do Sr. António Franco e do Dr. Oliveira e Costa. Não falei com ninguém de Cabo Verde.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E não estranhou?

O Sr. Almiro Silva: — Não, só falei com essas pessoas que estou a dizer.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E, depois, como é que aconteceu? Prestou garantias reais para que fosse concedido esse empréstimo ou não?

O Sr. Almiro Silva: — Se eu contraí um empréstimo? Contraí um empréstimo, exactamente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E em que termos? O senhor pediu o dinheiro e o que é que deu como garantia?

O Sr. Almiro Silva: — Assinei o contrato. Tenho o contrato.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Qual foi o montante do empréstimo?

O Sr. Almiro Silva: — Agora, não me recordo, sinceramente. Não vou aqui dizer o valor do empréstimo... Não vou dizer isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Digo isto porquê? Porque, como o senhor sabe, uma das situações que se tem configurado aqui como expediente no âmbito do Banco Insular tem sido precisamente a prestação de crédito a accionistas com um expediente que, desde logo, o relatório da Deloitte de 2003, referente às contas de 2002, relevou como irregular.

E aqui, o Banco de Portugal tem tentado argumentar com a intervenção a esse propósito, mas não sei se sim, se não... Nós hoje, em boa verdade, temos aqui um accionista que referiu que recebeu um empréstimo de um banco que, hoje sabe, é do universo...

O Sr. Almiro Silva: — Não, não sabia, desculpe lá, Sr. Deputado, eu não sabia.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sabemos hoje de um accionista recebeu um empréstimo de um banco que sabemos é do universo da SLN e o que me faz alguma confusão... Eu, enfim, posso ser eu, que sou deputado e como deputado ganho o que ganho, e os deputados não ganham muito, como se sabe, mas sei que se faço um empréstimo no banco para fazer umas obras em casa, o banco pede-me tudo e mais alguma coisa... Bom, eu também não sou accionista de referência de coisa nenhuma, mas o banco pede-me uma garantia real, tenho de constituir,

no mínimo, uma hipoteca, pagar ao Estado uma série de despesas, a escritura e, religiosamente, pagar as prestações.

O Sr. Almiro Silva: — Sr. Deputado, eu tenho feito empréstimos e sei o valor real. Mas fi-los noutros tempos!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ora bem, uma das circunstâncias que me custa perceber no funcionamento do BPN e do Banco Insular é como é que eram feitos empréstimos. O senhor não quer dizer o montante do empréstimo e eu compreendo. Aliás, eu já disse ontem que não sou polícia e, portanto, não tenho que estar a apurar aqui o que quer que seja nessa perspectiva. As pessoas estão aqui para colaborar com o Parlamento e para ajudar na descoberta da verdade no que queiram e no que possam e no que não queiram ou no que não possam, não se lhes pode exigir isso. E eu não posso nem me sinto nessa obrigação; o senhor não quer dizer o montante do empréstimo, tudo bem.

Conheço vários outros empréstimos que foram prestados pelo Banco Insular e custa-me entender esta lógica de um banco em que se fala com o Dr. Oliveira e Costa ou se fala com o Dr. António Franco e, de repente, num banco estrangeiro, neste caso de Cabo Verde, que é um país soberano, aparece um empréstimo na conta de um cidadão português e não são prestadas garantias, e tudo isso é tido como normal?!.. E como me parece que a banca não funciona, nem mesmo o BPN, dessa forma tão expedita, gostava de perceber mais um bocadinho.

Quer dizer, se o senhor fala só com o Dr. Oliveira e Costa ou com o António Franco e, de repente, já está e aparece o dinheiro na conta de

uma empresa sua, ou se é preciso fazer mais alguma coisa? Isto porque é suposto assinar documentos, enfim alguma coisa mais... Eu não acredito e gostava de tentar perceber.

O Sr. Almiro Silva: — Não, Sr. Deputado. Eu assinei o contrato e não dei mais nada em garantia.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E esse contrato, basicamente, traduzia-se em quê? Só para tentarmos perceber outros contratos-tipo que o Banco Insular tenha feito.

O Sr. Almiro Silva: — É um contrato igual aos nacionais, tal e qual.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Um contrato mútuo?

O Sr. Almiro Silva: — Sim, um contrato onde há o credor e o devedor.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E, nesse contrato, quem é que se obrigou pelo Banco Insular?

O Sr. Almiro Silva: — Como?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Nesse contrato, quem é que se obrigou pelo Banco Insular, uma vez que um contrato tem duas partes?

O Sr. Almiro Silva: — Esse contrato não sei quem é que o assinou, não tenho presente. Eu assinei, agora a assinatura da outra parte, não sei nem me importei.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Está a ver! Eu não vou insistir, mas, enfim...

O senhor tinha negócios em parceria com o Grupo SLN ou com alguma empresa do Grupo SLN, ou não?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não tenho nada com a SLN, nunca tive parceria nenhuma com o Grupo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O senhor é convidado para administrador não executivo pela simples circunstância de ser accionista, de ser um accionista relevante...

O Sr. Almiro Silva: — Por ser um accionista relevante e estar próximo de Lisboa, por viver em Lisboa, só por isso e mais nada.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E diga-me uma coisa: o senhor esteve, de alguma forma, envolvido numa contestação ao Dr. Oliveira e Costa, a dado passo, liderada por alguns accionistas, ou não?

O Sr. Almiro Silva: — Contestação, não! Eu não fui envolvido em nenhuma contestação.

Falámos com o Dr. Oliveira e Costa por causa do estilo da governação, como disse aqui há bocadinho; não é contestação, nós não contestámos, queríamos era mudança de governação.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu, no seu caso, com estes empréstimos, não sei como é que queria essa mudança! Eu não queria!

Mas, mais uma coisa: explique-nos lá, por favor, como é que se passou essa contestação e porquê. Porque o Sr. Dr. Oliveira e Costa, a dado passo, deixa de servir? Quais são os accionistas que se mobilizam nessa vontade de mudança, como é que ela acontece e porquê?

O Sr. Almiro Silva: — Há um grupo de 10 accionistas que se propõe tentar fazer a mudança do Dr. Oliveira e Costa.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não se importa de repetir?

O Sr. Almiro Silva: — Há um grupo de accionistas que pretende a mudança do Dr. Oliveira e Costa.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E por que razão, Sr. Almiro?

O Sr. Almiro Silva: — Porque era só uma pessoa a governar, o Sr. Dr. Oliveira e Costa era o único que tinha todo o mando e nós entendemos que haviam de entrar outras pessoas. Era nesse aspecto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Olhe, esta versão anterior de *O estado da nação* tinha uma solução. Dizia assim: «De um extremo ao outro – solução de compromisso: garantir uma transição pacífica, constituição imediata de uma comissão executiva ao nível do Banco BPN, nomeação do Eng.º Francisco Sanches como CEO, por cooptação, após renúncia ao cargo do presidente Dr. Oliveira e Costa, e nomeação de comissão executiva constituída por quatro elementos».

Pergunto-lhe se era a tal solução?

O Sr. Almiro Silva: — Em princípio era essa solução, exactamente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Era essa a solução!

Sabe porquê, Sr. Almiro? É porque este documento, que lhe acabo de ler, é exactamente a primeira versão do outro documento *SLN - o estado da nação – Março de 2008*, que diz que lhe foi comunicado em Abril de 2008, onde já se escrevia tudo o que neste está e, porventura noutras circunstâncias, até mais um bocadinho. É o tal documento onde já se estabelecia o que se estabelecia a propósito do Banco Insular.

Portanto, pergunto-lhe, e pedia-lhe que tentasse recordar-se um bocadinho melhor, se, afinal, o que foi transmitido no dia 10 de Abril de 2008 não seria já do conhecimento deste grupo um bocadinho antes, o tal grupo que sugeria esta transição pacífica «de um extremo ao outro – solução de compromisso».

O Sr. Almiro Silva: — Pois, mas nós tivemos conhecimento pleno em Abril de 2008. Até lá, não tínhamos conhecimento de outras coisas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quem eram esses outros quatro elementos da comissão executiva?

O Sr. Almiro Silva: — Como?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Esses outros quatro elementos da comissão executiva quem seriam? É que nesta solução percebe-se, hoje, que este grupo de accionistas quis que o Dr. Oliveira e Costa saísse e que fosse nomeado um novo CEO, o Eng. Francisco Sanches, mas refere-se também a nomeação de uma comissão executiva constituída por quatro elementos...

O Sr. Almiro Silva: — Isso nunca funcionou.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas quais eram os quatro elementos que estavam pensados?

O Sr. Almiro Silva: — Isso nunca funcionou!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Isso nós sabemos, até porque o Dr. Abdool Vakil é que surge como presidente do conselho de administração, o que significa que, entre esta decisão e a que acabou por ser escolhida, alguma coisa aconteceu, porque, afinal, o Eng. Francisco Sanches não foi nomeado CEO do Grupo, neste caso, do BPN.

Mas eu pergunto-lhe: quem eram os outros quatro elementos que, se essa solução tivesse vingado, seriam escolhidos?

O Sr. Almiro Silva: — Os quatro elementos...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Além do Eng. Francisco Sanches.

O Sr. Almiro Silva: — Como administradores? Era?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Almiro Silva: — Não me recordo. De momento, como administradores, não me recordo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não se recorda! Mas, diga-me uma coisa: o Eng. Francisco Sanches, tanto quanto sei, era exactamente um dos homens fortes do conselho de administração do Dr. Oliveira e Costa. Ou não era assim?

O Sr. Almiro Silva: — Pelo menos, trabalhou sempre com o Dr. Oliveira e Costa, seria talvez o braço direito dele.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Era o braço direito dele! E, tanto quanto sei, o Eng. Francisco Sanches participou em relevantíssimas

decisões do BPN, ao longo dos anos, enquanto braço direito – vê-se – do Dr. Oliveira e Costa.

O Sr. Almiro Silva: — Talvez sim, talvez!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, como é que o senhor explica que, como solução para esta transição pacífica, se passava de um extremo, Dr. Oliveira e Costa, ao outro, Eng. Francisco Sanches, exactamente para a pessoa daquele que foi o braço direito e que partilhou o conselho de administração durante anos e grandes decisões junto do Dr. Oliveira e Costa?

O Sr. Almiro Silva: — Isso não sei explicar.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas, em boa verdade, o senhor é que era um dos accionistas de referência que também sugeria esta...

O Sr. Almiro Silva: — Está bem, mas por ser de referência, a minha opinião não vingava sempre, não é?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Já, agora, gostava de perceber como é que, nesta realidade que *O estado da nação – Março de 2008* revela e no documento anterior e também na declaração aos accionistas feita pelo Dr. Abdool Vakil, em Junho de 2008 – é o tal documento que não encontrei mas está aqui com toda a certeza – é

sugerida uma injeção de capital de 280 e tal milhões de euros, que ele dizia, já ali, que poderia ser superior?

É que custa-me perceber isto... Também não sou economista e muito menos sou ROC ou pessoa com grande competência nessa área, mas também não me parece que os que tenham tratado disto, durante estes anos no BPN, tenham sido particularmente competentes... Mas, enfim, ainda assim, queria perguntar-lhe como é que nesta realidade que este documento espelha, ao nível de tudo isto, se estabelecia, à data, como suficiente, 280 e tal milhões de euros de injeção de capital para resolver o problema do BPN?

O Sr. Almiro Silva: — Sr. Deputado, não sei explicar nada dessas coisas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Vamos, então, a outro capítulo, o do negócio OPI 92.

Uma vez que o senhor é administrador não executivo da SLN e accionista da SLN Valor, pergunto, se nos pode explicar, esse negócio OPI 92.

O Sr. Almiro Silva: — Não lhe explico nada sobre isso, porque não sei explicar.

Conheço os Srs. Fantasia e Catum, mas nunca tratei de negócios com eles.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, só teve conhecimento deste negócio, publicitado mais recentemente...

O Sr. Almiro Silva: — O Dr. Oliveira e Costa é que nos transmitiu o conhecimento desses negócios, foi quem nos disse que existiam.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E como é transmitiu? O que é que ele disse?

O Sr. Almiro Silva: — Que havia uns terrenos em Rio Frio que pertenciam ao Grupo. Foi o que disse o Dr. Oliveira e Costa.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ao Grupo? A quem, concretamente?

O Sr. Almiro Silva: — Ao Grupo...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Grupo é constituído por várias empresas!

O Sr. Almiro Silva: — À SLN, talvez. Ele referia-se sempre ao Grupo. Era à SLN.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E justificou a escolha e o negócio...

O Sr. Almiro Silva: — Não, não, isso não explicou.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — ... transmitindo números...

O Sr. Almiro Silva: — Não, não, nunca explicou.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o Sr. Catum e o Sr. Fantasia também não...

O Sr. Almiro Silva: — Também não. Nunca me explicaram nada sobre isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Vamos passar a outro ponto, que tem que ver com os direitos de muitos investidores, alguns deles pequenos e agora, sim, passamos um bocadinho também para a área da supervisão.

Como é que o senhor explica que o Banco de Portugal se tenha conformado, no momento tão próximo de uma decisão de nacionalização, que certamente já conhecia, com um aumento de capital, que as notícias até à época foram anunciando como tendo sido determinado pelo próprio Banco de Portugal, e com a emissão deste papel comercial para, depois, o banco ser nacionalizado com as consequências que hoje se conhecem?

Como é que o senhor explica e como percebeu o papel e a intervenção do Banco de Portugal no momento decisivo da emissão deste papel e do aumento de capital?

O Sr. Almiro Silva: — Não tenho elementos para explicar isso, Sr. Deputado. Não tenho elementos para isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Suponho que ainda é administrador não executivo, não é assim?

O Sr. Almiro Silva: — Sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Como é que a SLN Valor vai pagar aos investidores o papel comercial que emitiu, agora que o Banco foi nacionalizado?

O Sr. Almiro Silva: — Mas eu não sou administrador da Valor. Não sei como é que vai pagar, não tenho a mínima ideia.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas é accionista!

O Sr. Almiro Silva: — Posso ser accionista, mas não estou dentro da administração, não sei o que é que passa lá dentro, não é?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O documento que referi há pouco da intervenção do Dr. Abdool Vakil numa assembleia-geral de accionista tem a data de 20 de Junho de 2008 e, no final, pode ler-se: «as necessidades de fundos próprios a injectar que variariam entre 235 milhões de euros (...) e um montante que pode vir a ser substancialmente superior».

Leio isto só para efeitos de acta porque, enfim, não joga com o que se tinha apurado já de problemas do Grupo.

Sr. Presidente, por agora, vou ficar por aqui e inscrevo-me já para uma segunda ronda.

O Sr. Presidente (Marques Júnior): — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa noite, Sr. Almiro.

Há pouco, disse-nos que conhecia o Dr. António Franco. Perguntava-lhe se conhece também o Dr. Ricardo Pinheiro.

O Sr. Almiro Silva: — Quem, Sr. Deputado?

O Sr. João Semedo (BE): — O Dr. Ricardo Pinheiro. Também conhece?

O Sr. Almiro Silva: — Sim, sim, o Ricardo Pinheiro conheço.

O Sr. João Semedo (BE): — Quer um quer outro disseram-nos aqui que, no início de 2007, tinham avisado, tinham contactado, tinham informado um conjunto de accionistas sobre algumas situações mais graves, mais difíceis, mais irregulares, que se viviam no Grupo BPN/SLN.

A minha primeira pergunta era para saber se ou o Dr. António Franco ou o Dr. Ricardo Pinheiro falaram consigo neste registo que acabei de referir.

O Sr. Almiro Silva: — Não, a única pessoa que falou comigo foi o Sr. António Franco, numa conversa de café. Não foi nada oficial o que, realmente, disse, fosse o que fosse. Foi aquilo de que falei aqui, há bocadinho.

O Sr. Dr. Ricardo Pinheiro não falou comigo. Nem eu já o vejo há muito tempo.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas, portanto, podemos saber, com mais pormenor, quais eram as preocupações do Dr. António Franco?

O Sr. Almiro Silva: — Mais pormenores?

O Sr. João Semedo (BE): — Se podíamos saber, com mais pormenor, quais eram as preocupações do Dr. António Franco nessa conversa que teve com o senhor?

O Sr. Almiro Silva: — O Sr. António Franco o que me disse é que, realmente, havia um défice num banco e que o Grupo era responsável por isso. Mas isso não o disse oficialmente, disse-o num café ou coisa no género.

O Sr. João Semedo (BE): — Esse banco era o Banco Insular?

O Sr. Almiro Silva: — Devia ser o Banco Insular.

O Sr. João Semedo (BE): — Devia ou era?

O Sr. Almiro Silva: — Devia ser ao Banco Insular aquele que ele referia. Ele não se referiu, ele disse que havia um organismo...

O Sr. João Semedo (BE): — Mas ele não o referiu, expressamente?

O Sr. Almiro Silva: — Ele não se referiu, ele disse que havia um organismo...

O Sr. João Semedo (BE): — Mas o senhor não ficou preocupado com o que o Dr. António Franco lhe tinha acabado de dizer?

O Sr. Almiro Silva: — Fiquei preocupado. Mas, enfim, como eu também não sou muito pessimista, fiquei preocupado mas convencido que era ultrapassável o problema.

O Sr. João Semedo (BE): — E essas palavras do Dr. António Franco confirmavam alguma eventual interrogação ou mesmo suspeição que o senhor tivesse, enfim, sobre a situação do Grupo?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, foram, verdadeiramente, notícias novas, como se costuma dizer?

O Sr. Almiro Silva: — Não, foi uma conversa muito ligeira, muito, enfim, ocasional, não foi nada de especial.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito bem, Sr. Almiro.

Portanto, o senhor disse-nos que, de facto, só entrou em funções em Janeiro de 2008, mas anteriormente, enfim, imediatamente antes, já tinha participado em algumas reuniões do conselho de administração. Tenho aqui as actas que registam a sua presença. São só duas ou três, de Outubro, Novembro e Dezembro, sendo uma a da sua cooptação, na outra, ainda não estava registado como administrador e, finalmente, então, na terceira, já estava registado e, portanto, passou a membro de pleno direito do conselho de administração.

Mas, numa dessas reuniões, o senhor deve estar recordado, o Sr. Eng. Francisco Sanches apresentou uma proposta de reorganização, de reestruturação do Grupo. E, perante essa proposta, que foi aprovada – recordo-lhe que esta reunião foi em 24 de Janeiro de 2008 –, o Sr. Eng. Francisco Sanches apresentou a proposta e a proposta foi aprovada, o Dr. José Oliveira e Costa também estava presente na reunião, e o senhor Almiro Silva diz o seguinte: «Eu concordo plenamente com a iniciativa de reorganização e esta nova estrutura será o futuro do Grupo».

Portanto, a minha primeira pergunta que lhe queria fazer era a seguinte: o senhor confiava que esta reestruturação era a melhor para o Grupo e era, digamos, a garantia do futuro do Grupo e ...

O Sr. Almiro Silva: — Exactamente!

O Sr. João Semedo (BE): — ... não tinha nenhuma interrogação sobre nenhuma outra questão?

O Sr. Almiro Silva: — Exactamente. Confirmo isso.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas, logo a seguir, o Sr. Almiro diz uma outra coisa que eu gostaria de lhe recordar: o Sr. Almiro propôs que se realizasse uma avaliação a todas as empresas e negócios do Grupo para verificar se a respectiva administração estava ou não a ser competente no seu desempenho.

O Sr. Almiro propôs isto, porque era habitual que estas coisas fossem propostas ou propôs isto por qualquer razão que o preocupasse?

O Sr. Almiro Silva: — Eu propus isso na medida em que era necessário fazer uma avaliação de toda a situação do Grupo. Foi nessa base que eu propus isso.

O Sr. João Semedo (BE): — E porquê? Por que é que achava que era necessária essa avaliação?

O Sr. Almiro Silva: — Temos que ver empresa a empresa, caso a caso, qual a situação de cada. Era nessa base.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas, este período também é o período em que o conselho de administração discute a elaboração do relatório e contas do ano transacto.

E, nestas actas, verifica-se que a aprovação das contas vai sendo transferida de reunião para reunião, o que é normal, o conselho de administração pode, enfim, ter necessidade de recolher mais elementos, mas a pergunta que lhe queria fazer era a seguinte: nunca, neste período, o senhor se apercebeu ou, eventualmente, «desconfiou» que houvesse um sério problema com as contas do Grupo?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não desconfiei, não senhor.

O Sr. João Semedo (BE): — Estará arrependido hoje de não ter desconfiado ou não?

Pausa.

Bom, não sei como é que hei-de entender o seu silêncio, mas cada um entenderá como entender.

Quando o Dr. Abdool Vakil entrou no conselho de administração, na primeira reunião em que ele esteve, foi discutido o problema da não resposta às perguntas e às comunicações do Banco de Portugal.

O senhor lembra-se quem é que introduziu este problema?

O Sr. Almiro Silva: — Não me lembro, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Vou fazer aqui um ligeiro compasso de espera só para lhe recordar quem estava na reunião. Talvez recordando os nomes seja mais fácil saber quem é que introduziu esse assunto na reunião do conselho de administração porque, nas outras, não existe nenhuma referência a isso.

De facto, as reuniões em que o Sr. Presidente José Oliveira e Costa ainda estava presente, nunca se ouviu falar do Banco de Portugal. E eu li as actas com pormenor e atenção, mas nesta reunião de 20 de Março de 2008, estavam presentes as seguintes pessoas: Eng.º Francisco Sanches, Dr. Franquelim Alves, o Sr. Almiro de Jesus Silva e o Dr. Abdool Vakil.

Não tendo sido o senhor, portanto, ou foi o Dr. Abdool Vakil, o que não é muito provável, porque ele estaria a chegar e, portanto, não é muito próprio que uma pessoa que está a chegar seja tão conhecedora da situação que, logo na primeira reunião em participa, diga «estão aqui estas perguntas para responder», portanto, restam-nos, por exclusão de partes, se o meu raciocínio é certo e pode não ser, o Sr. Eng. Francisco Sanches ou o Sr. Dr. Franquelim Alves.

Qual dos dois levantou este problema?

O Sr. Almiro Silva: — Não sei, não sei qual deles foi. Eu não fui, de certeza absoluta.

O Sr. João Semedo (BE): — Bom, isso também eu sei!

O Sr. Almiro Silva: — Mas não sei qual deles foi.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas, na reunião seguinte, volta a ser discutido o mesmo problema e, na reunião seguinte, volta a ser discutido o mesmo problema.

Ora, nestas três reuniões, estiveram sempre presentes as pessoas que, há pouco, enumerei: o Dr. Abdool Vakil, o Eng. Francisco Sanches, o Sr. Dr. Franquelim Alves, Sr. Almiro Silva e, em duas dessas, também o Dr. Joaquim Nunes.

Terá sido o Dr. Joaquim Nunes?

O Sr. Almiro Silva: — Talvez fosse. Não tenho a certeza, sinceramente não tenho a certeza de quem é que levantou esse problema.

O Sr. João Semedo (BE): — Sim, senhor.

Agora, queria fazer-lhe uma outra pergunta, que já fiz a várias pessoas que aqui estiveram e que deram respostas diferentes: o Sr. Dr. confiou que esta solução Abdool Vakil tinha, como se costuma dizer em gíria, pernas para andar e, portanto, que se iria impor no desenvolvimento do Grupo.

O Sr. Almiro Silva: — Sim, sim.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, acreditou nisso.

Pergunto-lhe, então, qual é a sua explicação para que os accionistas não tenham tido a mesma opinião que o senhor, ou seja, por que é que os

accionistas não confiaram o suficiente no Dr. Abdool Vakil para ele passar de presidente interino a presidente efectivo do Grupo?

O Sr. Almiro Silva: — Quer dizer, os accionistas pretendiam alguém de fora para orientar o Grupo e o Sr. Dr. Vakil foi chamado só para um curto espaço entre a tomada de posse do Dr. Vakil e a assembleia-geral. Na assembleia-geral ia haver novos administradores.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, o Sr. Almiro não se integrava no lote de accionistas que preferiam uma solução exterior?

O Sr. Almiro Silva: — Falou-se em vários nomes, mas o mais conceituado foi o Dr. Alípio Dias e foi o Dr. Miguel Cadilhe.

O Sr. João Semedo (BE): — Sim, mas o Sr. Almiro preferiria manter o Dr. Abdool Vakil ou, apesar de no início ter confiado nessa solução, depois, achou melhor...

O Sr. Almiro Silva: — Não me parecia mal ficar o Dr. Vakil. Mas também não me opus.

O Sr. João Semedo (BE): — Por que é que não lhe parecia mal que se mantivesse o Dr. Abdool Vakil?

O Sr. Almiro Silva: — Como?

O Sr. João Semedo (BE): — Por que é que não lhe parecia mal que se mantivesse o Dr. Abdool Vakil? Qual era a razão dessa sua convicção?

O Sr. Almiro Silva: — Eu não disse para ficar o Dr. Vakil, mas não me parecia mal se ficasse o Dr. Vakil. Foi o que eu disse.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Almiro, deixe-me mudar agora um pouco de registo.

O senhor tem a tripla qualidade de ser accionista do Grupo, de, em determinada fase, ter sido seu administrador e, depois, é empresário, tem as suas empresas, os seus interesses. E eu pergunto-lhe: as suas empresas eram financiadas pelo Grupo ou não?

O Sr. Almiro Silva: — Como?

O Sr. João Semedo (BE): — As suas empresas eram financiadas pelo Grupo ou não?

O Sr. Almiro Silva: — Algumas eram, outras não. Iniciava-me no mercado e algumas foram financiadas pelo Grupo e pelo banco também.

O Sr. João Semedo (BE): — Vou-lhe pedir que responda novamente porque não consegui ouvi-lo, desculpe.

O Sr. Almiro Silva: — Diga, Sr. Deputado?

O Sr. João Semedo (BE): — É que eu não consegui ouvir a sua resposta, mas deixe-me, então, pôr-lhe a seguinte questão: na lógica de funcionamento do Grupo (Grupo, aqui, inclui a SLN e o Banco Português de Negócios), em determinados períodos, seguramente uns mais do que outros, embora fosse uma prática relativamente continuada, o crédito concedido pelo banco a empresas do Grupo era, digamos, um crédito caro, com uma taxa elevada, porque isso também era a contrapartida para o banco poder remunerar com taxas mais elevadas os depositantes.

Enquanto empresário, nunca se sentiu prejudicado por taxas de juro que fossem excessivamente exigentes, no momento, enfim, para...

O Sr. Almiro Silva: — Não, as taxas de juro eram idênticas às dos outros bancos, não pagava por mais, até algumas eram por menos, mas situavam-se entre a média das outras instituições.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas deixe-me que lhe pergunte: acha que as taxas do Grupo BPN decorreriam de o senhor ser accionista e, por isso, haver alguma atenção para consigo e para com as suas empresas ou isso era uma prática generalizada? Isto porque há muitas empresas do próprio Grupo exactamente a queixar-se do contrário e que são, aliás, empresas que hoje estão em má situação, porque não conseguiram responder a compromissos que tinham assumido.

O Sr. Almiro Silva: — Felizmente, não era o meu caso, porque eu tinha crédito tanto no BPN como noutras instituições.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, digamos que, ao longo do tempo, nunca sentiu essa contradição de ser, simultaneamente, accionista e empresário e empresário, no caso concreto, financiado, algumas vezes, como disse, pelo Grupo, e administrador.

Portanto, nunca nenhuma destas roupas o incomodou?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não me incomodou coisa nenhuma sobre isso. Por que é que me hei-de incomodar?

O Sr. João Semedo (BE): — Exactamente pela contradição de poder ser administrador e accionista de um Grupo, que tinha como política praticar, no crédito que concedia às suas próprias empresas, taxas elevadas que lhe permitissem, simultaneamente, remunerar de forma elevada os depósitos para captar depósitos em momentos de maior dificuldade de liquidez.

O Sr. Almiro Silva: — Não fui eu que decidi o crédito e eu já tinha crédito antes de ser administrador.

O Sr. João Semedo (BE): — Não se importa de repetir, porque não consegui ouvir bem?

O Sr. Almiro Silva: — Estava a dizer que o crédito concedido às minhas empresas foi feito antes de eu ser administrador.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas já era accionista?

O Sr. Almiro Silva: — Já era accionista, exactamente.

O Sr. João Semedo (BE): — Gostaria de lhe fazer só uma última pergunta que é a seguinte: numa determinada reunião do conselho de administração, o Sr. Almiro sugeriu que o Grupo pudesse fazer um investimento financeiro na Real Companhia Velha. Não sei se se recorda disso?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não, nunca dei esse acordo, nunca passou por mim essa fase.

O Sr. João Semedo (BE): — Não estou a dizer que tenha acordado, estou a dizer o que disse e que está na acta: «que foram discutidos vários assuntos tendo pedido a palavra o Sr. Almiro Silva para questionar o conselho sobre o interesse de um possível investimento financeiro na Real Companhia Velha».

O Sr. Almiro Silva: — Não, isso não corresponde à verdade.

O Sr. João Semedo (BE): — Pronto, mas eu não estou muito interessado nisso, estou mais interessado depois em ouvir a resposta a...

O Sr. Almiro Silva: — Foi a primeira vez que estou a ouvir falar nisso, nunca ouvi falar nisso.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, depois, temos de discutir a legalidade desta acta, porque ela está assinada por si, mas nós, muitas vezes, assinamos o que não lemos...

O Sr. Almiro Silva: — Com certeza!

O Sr. João Semedo (BE): — Mas está assinada por si!

Mas, deixe-me só dizer-lhe o seguinte: o que interessa não é saber se isto foi dito por si ou não, o que interessa até é mais a resposta do Dr. Oliveira e Costa. E a resposta do Dr. Oliveira e Costa foi a seguinte: «Isso não é possível no momento, porque, face aos rácios de solvabilidade exigidos pelo Banco de Portugal, não há, de momento, condições para a Sociedade Lusa de Negócios efectuar esse tipo de investimento».

Pergunto-lhe, mais uma vez – já lhe fiz essa pergunta duas vezes ao longo desta nossa audição –, se nem assim o Sr. Almiro ficou inquieto com a situação do Grupo, uma vez que é o presidente a dizer que a situação de solvabilidade do banco não corresponde àquilo que o Banco de Portugal requer, pelo que lhe pergunto o seguinte: nem assim isto lhe despertou alguma inquietação?

O Sr. Almiro Silva: — Sim, despertou sempre alguma preocupação, mas era uma preocupação que, realmente, era superada como outras situações.

O Sr. João Semedo (BE): — Tenho o hábito de dizer sempre que é a última pergunta e, depois, tenho sempre mais uma outra e, como já é conhecido isso, até já nem consigo fazer passar isto por truque, não é?

Mas, desta vez, é só mais uma: queria perguntar, aliás, já há pouco perguntei, se conhecia o Dr. Ricardo Pinheiro e o Dr. António Franco, e, também se conhece o Dr. José Vaz Mascarenhas.

O Sr. Almiro Silva: — Conheço, sim. Conheci-o agora, recentemente.

O Sr. João Semedo (BE): — E porquê? Pode-se saber se tem alguma relação particular...

O Sr. Almiro Silva: — Não, não tenho. Tenho conhecimento do senhor como tenho de outras pessoas, mas não tenho nada de especial por ser o Dr. José Vaz Mascarenhas.

O Sr. João Semedo (BE): — Pergunto-lhe isto na sequência de uma questão que lhe foi colocada pelo Sr. Deputado Nuno Melo, relativamente a eventuais financiamentos através do Banco Insular. Porque, julgo que sabe, o Dr. José Vaz Mascarenhas foi presidente durante muito tempo do Banco Insular e queria, portanto, saber se teria sido com ele que teria discutido e tratado de algum investimento ou financiamento das suas empresas.

O Sr. Almiro Silva: — Não foi com ele, não senhor.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado.

Ah, desculpe tenho uma última pergunta.

Risos.

Surpreendentemente, numa das mais recentes audições que nós aqui fizemos, o Dr. Meira Fernandes, que creio o Sr. Almiro sabe quem é...

O Sr. Almiro Silva: — Sim, sei quem é!

O Sr. João Semedo (BE): — ...descreveu que tinham detectado levantamentos em numerário, feitos por diversas pessoas, que eles conhecem, e cujos nomes, naturalmente, não revelaram, mas que incluía nesses levantamentos ao balcão em numerário diversos administradores.

Naturalmente que isto são levantamentos sobre os quais – disse o Dr. Meira Fernandes –, não há depois, digamos, nenhum comprovativo, nenhuma demonstração.

O Sr. Almiro conhecia este tipo de situação?

O Sr. Almiro Silva: — Não conhecia, não, Sr. Deputado. Não conhecia.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Marques Júnior): — Obrigado, Sr. Deputado João Semedo.

Ficaram duas perguntas aquém daquilo que era o previsto, pois normalmente, são cinco depois da última!

Risos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Seguro Sanches.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria começar por cumprimentar o Sr. Almiro Silva, em nome do Grupo Parlamentar do PS, e agradecer os seus esclarecimentos na Comissão de Inquérito.

Muitas das questões que tínhamos preparado para colocar a um dos maiores accionistas individuais da SLN, já foram colocadas pelos outros Grupos Parlamentares, e muito bem, e, portanto, já foi muito esclarecedor até este momento.

Havia algumas questões que gostava de precisar, nomeadamente o seguinte: é accionista da SLN desde 1999?

E a primeira questão tem a ver com o balanço que faz, isto é, acha que ganhou ou que perdeu como empresário?

O Sr. Almiro Silva: — Neste momento, acho que perdi.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — De qualquer forma, apercebi-me, há pouco, que referiu que, nomeadamente os créditos que eram concedidos pelo BPN, algumas vezes, era por menos, ou seja, umas vezes

eram pelas mesmas condições do mercado e, outras vezes, era por condições abaixo do mercado.

O Sr. Almiro Silva: — Não, por menos nunca era.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — A outra questão que coloco é a seguinte: havia condições preferenciais para os accionistas ou não?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não havia. Eu nunca tive condições preferenciais.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Mas outros accionistas tinham?

O Sr. Almiro Silva: — No meu caso até aconteceu que tive de reclamar uns juros que me debitaram a mais em 2003/2004. Tenho provas disso.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Os empréstimos que pediu, nomeadamente ao Banco Insular, neste momento já estão saldados ou ainda falta?

O Sr. Almiro Silva: — Não, ainda falta uma parte.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Do período de 1999 até 2008, momento em que assumiu funções de administrador não executivo, houve uma profunda rotatividade e mudança de membros da

administração, de auditores, etc. Qual é que era a apreciação que faziam os accionistas – e estamos aqui a falar com um accionista com uma posição muito considerável na SLN – a essas sucessivas mudanças?

O Sr. Almiro Silva: — Sim, também nos admirava bastante essas mudanças acontecerem, mas nós, accionistas, nunca tomámos partido sobre essa situação.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Como é que o Sr. Almiro chega a accionista da SLN? Como é que é a sua entrada no capital da SLN? Há alguma razão, como é que foi, qual é que foi a oportunidade de negócio que viu na entrada no capital social da SLN?

O Sr. Almiro Silva: — Foi-me apresentado um projecto inicial e, na presença, entendi que seria um bom projecto e apostei nele.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Quem é que apresentou esse projecto?

O Sr. Almiro Silva: — Foi o Dr. Rui Miguel.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — E esse projecto tinha a ver com a parte imobiliária?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não. Era da área financeira.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — De qualquer forma, quando se está no momento — e estamos a falar de Fevereiro do ano passado, sensivelmente por esta altura — em que se dá a saída do Dr. Oliveira e Costa e a entrada do Dr. Abdool Vakil na administração, uma das pessoas que convida o Dr. Abdool Vakil para presidente foi o Sr. Almiro?

O Sr. Almiro Silva: — Fui eu que o fui chamar o Dr. Vakil, é verdade, mas de acordo com os outros accionistas.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Ele disse-nos, aqui, na Comissão de Inquérito, se não me falha a memória, que quem o convidou lhe impôs, como condição, não realizar auditorias. Isto é assim?

O Sr. Almiro Silva: — Não. A auditoria estava sempre de pé. Nós, accionistas, queríamos uma auditoria, mas dissemos ao Dr. Vakil que, como iam entrar novos elementos para a administração e ele só iria ficar até à assembleia-geral, realmente, a partir daí, a nova administração é que ia solicitar a nova auditoria.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Mas ele mostrou, aqui, na Comissão de Inquérito — e é apreciação que faço, e penso que mais Deputados entenderão isso dessa forma — um desconforto, porque quem o foi buscar — e quero dizer-lhe que ele não nos disse quem é que o foi buscar, e, portanto, este é um dado novo que aqui chega à Comissão — e o convidou lhe disse que não podia fazer auditorias. E isso é algo com que ele se mostrou desconfortável e achou que não era correcto.

O Sr. Almiro Silva: — Não, isso não lhe foi dito na altura, foi-lhe dito dali a uns dias.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Pois, mas mostrou esse desconforto.

O Sr. Almiro Silva: — Exactamente!

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Em Fevereiro do ano passado, há cerca de um ano, na comunicação social, aparecia a ideia de que havia, na SLN, um movimento no sentido da remodelação da equipa e, na saída, nomeadamente do Dr. Oliveira e Costa, e o Sr. Almiro era referido como uma das pessoas que estaria a dinamizar essa saída e a substituição do Dr. Oliveira e Costa pelo Eng. Francisco Sanches.

É nessa altura que há um encontro, salvo erro a 12 de Fevereiro de 2008, e, precisando, as suas funções foram sempre de administrador não executivo?

O Sr. Almiro Silva: — Sempre.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Nunca foi membro de uma chamada Comissão de Avaliação e Nomeações?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Mas existia essa Comissão de Avaliação e Nomeações?

O Sr. Almiro Silva: — Pois, mas eu não faço parte disso. Fiz parte foi da Comissão de Remunerações. É isso que está a falar?

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Anteriormente a ser administrador não executivo?

O Sr. Almiro Silva: — Exactamente.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Eventualmente poderá ser isso. Mas, a 12 de Fevereiro de 2008, há uma reunião e, nessa reunião, o Sr. Dr. Oliveira e Costa terá dado conhecimento do seguinte: que a OPI 92 era detida por outra pessoa. Tem ideia de quem era essa outra pessoa? Ou seja, o ponto de situação desta reunião era: «Imóveis não consolidados no Grupo – 1.º ponto: OPI-92.» Esta sociedade é detida por outra pessoa. Gostava de saber quem era esta outra pessoa.

O Sr. Almiro Silva: — Só se era o Dr. Fantasia. Penso que era essa pessoa, com certeza. Não estou a ver outra pessoa...

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — E tem ideia de qual é que era o valor dos activos dessa sociedade?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não tenho.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — E se eu lhe falar entre 625 milhões e 750 milhões de euros? Estarei muito longe da realidade?

O Sr. Almiro Silva: — É o que tenho lido na comunicação social, é só isso, não tenho mais avaliações.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — A Coutadinha era detida por quem?

O Sr. Almiro Silva: — A Coutadinha não sei de quem era.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — É que também foi referida nessa reunião!

O Sr. Almiro Silva: — Mas, Sr. Deputado, eu, essas coisas não sei.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Foi referida a OPI 92, a Coutadinha, Rio Frio, Barroca D'Alva, Sociedade Domurbanis, Finagarve, etc. E, por aquilo que parece, nestes imóveis que aqui estão, chegamos a quase 1000 milhões de euros. E nós estamos aqui, na Comissão de Inquérito, com um valor em cima da mesa que é 1800 milhões de euros. Acha que isto faz sentido?

O Sr. Almiro Silva: — Sinceramente, acho números a mais, mas não sei.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Qual é que acha a mais: 1000 milhões de euros ou 1800 milhões de euros?

O Sr. Almiro Silva: — 1800 milhões de euros!

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Mas em relação aos imóveis, estamos a falar em valores razoáveis?

O Sr. Almiro Silva: — É capaz.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — E por que é que esses imóveis eram considerados não consolidados? Ou seja, a pergunta que faço: há alguém que é testa-de-ferro aqui?

O Sr. Almiro Silva: — Não sei explicar, Sr. Deputado. Não sei para que é que isso existia.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Mas, então, deixe-me fazer-lhe esta pergunta: por que é que nessa reunião tomaram conhecimento destes factos a comissão, os administradores e o Sr. Almiro Silva – aliás, é a única pessoa que aqui vem referida pelo nome – e decidiram, por unanimidade, que para bem do grupo, dos colaboradores e dos accionistas, o Sr. Presidente deveria afastar-se de todos os cargos administrativos que exerce no Grupo. Isto é verdade?

O Sr. Almiro Silva: — É verdade.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Portanto, tudo isto fará sentido?

O Sr. Almiro Silva: — Sim, faz sentido. Foi verdade.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — E tem ideia de uma reunião que ocorreu a 26 de Fevereiro, cerca de uma semana depois, em que, presumo, o Dr. Oliveira e Costa já não era presidente, porque ele, aqui, já não é referido como presidente e, apenas, como Dr. Oliveira e Costa, e também pela cronologia, e em que são dadas mais explicações sobre esses imóveis?

O Sr. Almiro Silva: — Houve uma reunião, mas não estou recordado do que se passou nessa reunião. Mas houve uma reunião, mais tarde.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Mas esteve presente?

O Sr. Almiro Silva: — Sim, estive presente. Mas não me recordo.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — E qual era o objectivo desta reunião?

O Sr. Almiro Silva: — Era o de o Dr. Oliveira e Costa dar-nos mais uma explicação do que é que existia. Acho que foi nessa base.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Ou seja, aquilo que não estava escriturado?

O Sr. Almiro Silva: — Talvez isso.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — É que isso é importante para nós. Era aquilo que não estava escriturado?

O Sr. Almiro Silva: — Sim, devia ter sido isso.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Era aquilo que não estava nas contas do banco?

O Sr. Almiro Silva: — Talvez fosse isso.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Mas o Dr. Oliveira e Costa não explicava, nesse momento, por que é que usavam este tipo de expediente?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não explicava. O Dr. Oliveira e Costa pareceu-me uma pessoa muito fechada.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Peço-lhe desculpa, mas sou accionista de uma empresa, os senhores colocam o dinheiro nas mãos de outras pessoas e eu exijo saber por que é que esse dinheiro está colocado

nas mãos de outras pessoas. Acho que isto é exigível a qualquer accionista que tenha o mínimo de atenção àquilo que é dele.

O Sr. Almiro Silva: — Sr. Deputado, se um accionista fosse fazer isto, as coisas corriam mal.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Mas porquê?

O Sr. Almiro Silva: — Porque o Dr. Oliveira e Costa vingava-se no...

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Mas, peço desculpa, o Dr. Oliveira e Costa, nesta segunda reunião, já nem sequer é presidente, já foi destituído.

O Sr. Almiro Silva: — Está bem. Não sei. Além disso, não lhe sei responder, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Então, quer dizer que tudo isto era obra do Dr. Oliveira e Costa?

O Sr. Almiro Silva: — Pelo menos, é essa a indicação que nós temos. Ele é que mandava em tudo.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Não. Nesta altura, já não mandava em nada!

O Sr. Almiro Silva: — Mas ele estava a dar uma explicação do que se teria passado.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Houve alguma evolução, depois destas reuniões, em relação a estes bens imóveis? Ou seja, eles pertencem a quem neste momento?

O Sr. Almiro Silva: — Houve evolução. Com a nova administração do Dr. Miguel Cadilhe, eles retomaram realmente essa situação. Penso que até hoje isso já está resolvido.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Então, e elas, hoje, estão em nome de quem?

O Sr. Almiro Silva: — Penso que estão em nome da SLN Valor, Italiana SGPS e do Sr. Dr. Fantasia.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Mas havia uma questão de uns valores que era preciso serem pagos a uma das pessoas. E isso foi pago?

O Sr. Almiro Silva: — Não sei explicar.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Pegando naquilo que, há pouco, o Sr. Deputado Nuno de Melo referiu, a propósito da apresentação do documento *O estado da nação – SLN – De um extremo ao outro*, a questão que coloco é a seguinte: vocês achavam que mudando o presidente do

conselho de administração, Dr. Oliveira e Costa, para o Dr. Abdool Vakil ou para o Eng. Francisco Sanches, como era inicialmente a vossa intenção, esse tipo de situações não voltariam a acontecer? Era essa a vossa perspectiva?

O Sr. Almiro Silva: — Sim, era essa a expectativa, exactamente.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Agora, esta informação era conhecida por quantas pessoas? Muito poucas pessoas?

O Sr. Almiro Silva: — Eu conheci na altura em que isso foi lido.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Não conhecia antes?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não, nunca conheci antes.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Sr. Presidente, é só.

O Sr. Presidente (Marques Júnior): — Estão inscritos, para uma segunda volta, os Srs. Deputados Nuno Teixeira de Melo, Agostinho Lopes e João Semedo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria só precisar uma ou outra questão.

Entendo que, hoje, já prestou alguns contributos importantes a esta Comissão, pelo menos no esclarecimento de alguns factos, mas, entretanto, ocorreu-me umas outras coisas que podem ajudar no seu esforço de memória. E uma delas é a pessoa do Sr. António José Duarte. Conhece-o?

O Sr. Almiro Silva: — Como?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — António José Duarte, conhece-o?

O Sr. Almiro Silva: — Sim, conheço.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem.

Nesta Comissão, teve a oportunidade de explicar que elaborou um primeiro documento explicitando a realidade do Grupo SLN e do BPN, a pedido e com a colaboração de alguns accionistas que contestavam a liderança do Dr. Oliveira e Costa.

E eu pergunto-lhe se o senhor era ou não um desses accionistas?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não tenho esse conhecimento, Sr. Dr.

Do que tomei conhecimento oficial foi do documento que foi lido, acho que no dia 10 de Abril de 2008. Aí é que tomei conhecimento desses números ou desses nomes.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Vou voltar a pedir-lhe que me confirme se não será verdade que, entre outras pessoas, responsáveis na elaboração deste documento, estariam o António José Duarte, o Ricardo Pinheiro, o António Franco e o Sr. Almiro, entre outros.

O Sr. Almiro Silva: — Comigo? Não, comigo foi, como lhe disse há bocadinho, o António Franco numa conversa banal, mas nunca me deram documentos nenhuns nem me deram papéis nenhuns. Nunca tive nenhuns documentos de coisa alguma.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, não teve uma reunião numa sala com estas pessoas, nomeadamente discutindo o passo a seguir...

O Sr. Almiro Silva: — Sr. Deputado, sinceramente, não me lembro dessa reunião.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E diga-me uma coisa: como é que surge a designação do Eng. Francisco Sanches?

O Sr. Almiro Silva: — Como é que surge?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, como é que surge? O Eng. Francisco Sanches não surge do nada... Portanto, surge como? O senhor é uma das pessoas que apoiava, à época, essa solução. Então, como é que surge e porquê? Ela não surge do nada!

O Sr. Almiro Silva: — Eu apoiava essa solução como outros accionistas, não era só eu a apoiar essa solução, os outros accionistas também apoiavam e até mais do que eu.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E quais accionistas?

O Sr. Almiro Silva: — Porque essa era uma solução que, talvez, no momento, interessasse ao Grupo. E foi essa a nossa solução.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quando é que surge essa solução?

O Sr. Almiro Silva: — Não sei, mas talvez nos fins de 2007 ou princípios de 2008.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Fins de 2007, princípios de 2008!

O Sr. Almiro Silva: — Penso eu. Não tenho aqui elementos para responder.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não, essa é exactamente a data da elaboração deste documento.

E surge como? Os senhores uniram-se... Quer dizer, como é que chegam à conclusão do Eng. Francisco Sanches? Por que é que surge esse

nome? Ele era o braço direito do Dr. Oliveira e Costa! Era a pessoa que decidia tudo e que decidiu tudo, durante anos, com o Dr. Oliveira e Costa. É uma das pessoas conhecedoras do muito que o Dr. Oliveira e Costa fez.

E eu pergunto-lhe: como é que surge exactamente o nome do Eng. Francisco Sanches? Ou, então, como solução, juntamente com alguns accionistas, a sucessão ao Dr. Oliveira e Costa?

O Sr. Almiro Silva: — Talvez porque o Sr. Eng. Francisco Sanches tivesse mais conhecimentos do que qualquer outra pessoa. Era só por isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Diga-me uma coisa: quais foram, então, os outros accionistas que defenderam essa solução?

O Sr. Almiro Silva: — Os outros accionistas?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Almiro Silva: — Foram vários accionistas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Isso já sabemos, Sr. Almiro, eu quero saber é quem são.

O Sr. Almiro Silva: — Mas tenho que dizer quem são? Tenho que dizer mesmo?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Convém. É para tentar dar informações para ajudar a perceber o que se passou, não é verdade? E suponho eu que não cometeram nenhum pecado... Quer dizer, accionistas defenderem uma mudança de liderança num banco é uma coisa normal, diferente é...

O Sr. Almiro Silva: — Era um grupo de 10 accionistas, Sr. Deputado!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Bom, já passamos de vários para 10, já estamos a avançar um bocadinho...

Vamos lá, isto não tem mal nenhum, não tem mal nenhum.

O Sr. Almiro Silva: — Não tem mal nenhum, são 10!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E, então, quem são, diga-me lá?

O Sr. Almiro Silva: — Sr. Deputado, eu recuso-me a dizer o nome dos accionistas, o senhor sabe-os, deve ter conhecimento disso, para que é que eu estou aqui a dizer?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pronto, tudo bem.

A minha função é tentar esclarecer, o senhor esclarecerá até... Eu conheço alguns deles, sabe, e, portanto, não é por aí que... Não conheço pessoalmente, mas conheço a identidade de alguns deles.

Mas, aparte disso, o Eng.º Francisco Sanches participa nessas reuniões ou não participa nessas reuniões?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não participa nessas reuniões.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu estranho porque, há pouco, dizia-me que contestava o Dr. Oliveira e Costa, porque ele decidia tudo e decidia tudo sozinho, mas serviu para decidir, por exemplo, o empréstimo que o senhor pediu para a sua empresa, que lhe foi concedido por ele e pelo Sr. António Franco. Ou não é assim?

O Sr. Almiro Silva: — Sim, foi por aí...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (VDS-PP): — O senhor, nessa altura, exigiu alguma deliberação particular, exigiu que fosse convocada uma comissão de crédito, que fosse levada à deliberação do conselho de administração, exigiu do Dr. Oliveira e Costa ou pediu-lhe explicação sobre a legitimidade para nesse momento, a decisão que tomou, no caso, a seu favor.

O Sr. Almiro Silva: — Não, não, não senhor.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E hoje, olhando para trás, consideraria insuficiente a participação do Dr. Oliveira e Costa nesse empréstimo que pessoalmente concedeu à sua empresa ou não?

O Sr. Almiro Silva: — Não, acho que foi correcto o empréstimo, não tem nada de mal.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não tem nada de mal, mas foi também decidido por duas pessoas, neste caso.

O Sr. Almiro Silva: — Porque foi um empréstimo. Eu só queria saber os encargos que tinha a pagar e...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Deixe-me, então, tentar perceber por que é que, para umas coisas, o Dr. Oliveira e Costa era sozinho e, para outras coisas, decidir sozinho, enfim, já não era.

O Sr. Almiro Silva: — O Dr. Oliveira e Costa devia dar as ordens às outras pessoas, não é?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Outra questão, Sr. Almiro: uma das reservas levantadas pelo Banco de Portugal tem que ver, exactamente, com a circunstância de o BPN, e, também, depois, do Banco Insular e de algumas auditoras, que também suscitaram essas reservas, emprestarem dinheiro, muito dinheiro, sem que fossem exigidas garantias. Estranhavam até como é que se empresta dinheiro... Porque esta crise que hoje é expressa não se sente hoje, enfim, as nossas empresas já têm dificuldades, muitas delas, há muitos anos. Os bancos já têm crédito malparado há muitos anos. Os bancos já têm dificuldades em receber empréstimos que fazem, há muitos anos, e, portanto, como é que

se justifica que, neste caso, o BPN e o Insular concedessem empréstimos avultados, volumosos, sem que fossem exigidas garantias de pagamento?

Hoje, um dos problemas do BPN é exactamente o crédito malparado, que este documento revela, aliás, ambos os documentos, mas logo o primeiro com referência a alguns grupos e a algumas empresas.

O Sr. Almiro Silva: — Mas, Sr. Deputado, não está a falar no crédito malparado sobre as minhas empresas?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não, agora não estou a falar em empresas, estou a falar em geral. Como é que explica o procedimento do banco...

O Sr. Almiro Silva: — Oiça, eu aí não posso explicar, eu só posso responder pelas minhas empresas e por mim próprio, pelos outros não posso responder.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Hoje, questiono-o como accionista do Grupo SLN e também, naturalmente, como dono de uma empresa que beneficiou de um empréstimo de um banco que, sabemos hoje, era utilizado para financiar accionistas num procedimento que foi considerado irregular.

Portanto, a apreciação não é minha, eu não preciso de lhe lembrar. Bem basta ouvir o supervisor para se perceber como esse foi um dos exemplos dados, mais do que uma vez, sobre os procedimentos irregulares, para não os classificar de outra forma, do BPN e do Banco

Insular, sobre a utilização de veículos para empréstimos a accionistas e, enfim, muito mais coisas.

O Sr. Almiro Silva: — Mas eu não faço parte desses veículos, Sr. Deputado!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Certo! Mas, aparte isto, queria perguntar outra coisa: o senhor não reconhece, portanto, que seja um dos accionistas que justificou a elaboração deste documento pelo Sr. António José Duarte.

O Sr. Almiro Silva: — Esse documento...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ou seja, não corremos nenhum risco se, de hoje para amanhã, voltarmos a chamar aqui o Sr. António José Duarte para lhe pedir que precise quem foram os accionistas que lhe pediram que elaborasse este documento, que não vamos ter como resposta, certamente, que o senhor era um deles, pois não?

O Sr. Almiro Silva: — Não me recordo, Sr. Deputado, Já se passou tanta coisa no meio disto tudo que, realmente, já estou embaralhado. Quer dizer, eu não sei se ele estava presente, se não estava presente, não sei, realmente. responder a essa pergunta, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Bom, essa será talvez uma resposta mais cautelosa!

O Sr. Almiro Silva: — Não, não é cautelosa, estou a ser sincero. Desculpe, mas é verdade.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Bom, diga-me outra coisa: o Dr. Abdool Vakil foi ou não um dos conselheiros, de anos, do Dr. Oliveira e Costa e uma das pessoas que com ele partilhava muitas decisões ao nível da arquitectura accionista, diria, do universo SLN?

O Sr. Almiro Silva: — Desconheço esse pormenor.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sabe dizer alguma coisa de um avião fretado que se tenha deslocado, já no tempo muito recente, a Cabo Verde para dar destino a muitos dos documentos relativos ao Banco Insular que lá se aglomeravam?

O Sr. Almiro Silva: — Não sei, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ainda para tentar perceber essa teoria do homem só, coloco-lhe a seguinte questão: refere-me o Dr. Oliveira e Costa e eu, dando-lhe alguns nomes, pergunto-lhe, novamente, se o Eng.º Franco mandava ou não mandava também ao nível do conselho de administração?

O Sr. Almiro Silva: — Mandava quem?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Eng. Franco também era ou não uma das pessoas influentes e que mandava ao nível da administração do Dr. Oliveira e Costa?

O Sr. Almiro Silva: — O António Franco?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não, o Eng. Sanches, perdão!

O Sr. Almiro Silva: — Eu penso que mandava, não sei se mandava mas, pelo menos, tenho essa impressão que era capaz de dar algumas ordens.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E António Franco mandava ou não mandava também qualquer coisa naquela organização?

O Sr. Almiro Silva: — Não sei se mandava, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o Luís Caprichoso o que é que fazia no banco?

O Sr. Almiro Silva: — Era administrador.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E mandava ou não mandava?

O Sr. Almiro Silva: — Tive poucos contactos com o Sr. Dr. Caprichoso — aliás, com toda a administração.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Estou a falar-lhe de pessoas que, tenho a certeza, todas elas foram muito influentes.

O Sr. Almiro Silva: — Sim, eles haviam de mandar nos pelouros para que estavam nomeados.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Isto é para que se tente perceber porque, como lhe digo, eu sou um bocadinho reactivo a essa coisa do homem só, porque um homem, por muito poderoso que seja, quando tem tantos outros que também decidem à sua volta, custa-me saber que ele, estando nas circunstâncias em que está, não possa ajudar a Comissão, mas outros, porventura, que tinham muito poder ao nível da administração, hoje, enfim, sejam relativizados nessa teoria que, devo dizer-lhe, rejeito.

E o Prof. Francisco Comprido?

O Sr. Almiro Silva: — O Prof. Francisco Comprido já saiu do banco há muito tempo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas mandava ou não mandava?

O Sr. Almiro Silva: — Mandava, com certeza que mandava. Ele era administrador executivo, tinha o seu pelouro, teria que mandar.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E como é que as coisas funcionam ao nível do BPN Cayman?

O Sr. Almiro Silva: — Não sei explicar, Sr. Deputado. Não sei explicar nada dessas coisas, porque eu não tive acesso a nada disso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Terminei, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marques Júnior): — Tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — O Sr. Almiro Silva já referiu aqui que foram 10 os accionistas que encabeçaram uma espécie de rebelião contra a falta de informação do Dr. Oliveira e Costa.

Foi dito nesta Comissão, pelo Dr. António Franco, que foi ele e o Dr. Ricardo Pinheiro que fizeram o alerta a estes accionistas.

O Sr. Almiro Silva: — Não, o alerta não; nunca houve nenhuma reunião com os 10 accionistas e com o Sr. Dr. Ricardo Pinheiro, não senhor.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Portanto, nem deram o alerta numa reunião, nem deram o alerta um a um?

O Sr. Almiro Silva: — O alerta que deram... Como disse, há bocadinho, foi o António Franco que deu o alerta ou um semi-alerta...

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — O Dr. António Franco também referiu nesta reunião que, além do alerta que deram a estes 10 accionistas, que o Sr. Almiro Silva não quer referir quem são, para alguns accionistas a situação constituiu uma surpresa ou os accionistas ficaram surpreendidos com a dimensão dos problemas e não com a sua existência, porque não eram genericamente desconhecedores.

Isto é, há bocado, o Sr. Almiro referiu-me que a grande contestação, que encabeçou ou dirigiu contra o Dr. Oliveira e Costa, era um problema de falta de informação, mas, afinal, vocês tinham, de facto, informação de um conjunto de problemas que existiam?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não tínhamos!

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Não tinham a noção exacta da dimensão, mas tinham conhecimento da existência de um conjunto de problemas e não, apenas, da falta de informação?

O Sr. Almiro Silva: — Não, nós tínhamos falta de informação.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Mas conheciam ou não um conjunto de problemas?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não conhecíamos.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Portanto, isto que o Dr. António Franco nos disse aqui, em audição, não corresponde à verdade?

O Sr. Almiro Silva: — O Dr. António Franco falou comigo a alertar mas foi um alerta muito ao de leve. Agora, nunca reunimos com os 10, ou com os 8 ou com os 7. E o Sr. Ricardo Pinheiro também nunca reuniu connosco.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Uma outra questão, sobre que já deu algumas informações, mas que eu gostava de precisar, é a seguinte: o presidente Vakil referiu, claramente, nesta Comissão de Inquérito – e é uma questão que lhe coloquei há bocado –, que não tinha mandado fazer auditorias externas por oposição dos accionistas e que foi, então, que percebeu que a sua administração tinha um carácter provisório.

O que o senhor, há bocado, aqui referiu, respondendo a uma questão do PS, foi que o carácter transitório desta administração, que sucedeu a partir de Janeiro de 2008, desde o principio que era assumido pelos accionistas.

O Sr. Almiro Silva: — Não. O Sr. Dr. Vakil foi convidado, como já aqui disse, para o intervalo entre o dia 20 de Fevereiro e a assembleia-geral. Foi nesse capítulo que...

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Portanto, o carácter transitório!

O Sr. Almiro Silva: — É transitório, exactamente. Nunca foi definitivo.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Mas diga-me uma coisa: com as preocupações que os accionistas, pelo menos este grupo de accionistas de referência, tinham até de algumas questões que sabiam mal, sobre as quais não tinham informação, pelo que nos diz, contrariamente ao que diz o Dr. António Franco, porque não conheciam nem a generalidade dos problemas nem a sua dimensão, não seria o mais adequado, ou o que era objectivamente necessário para o conjunto do Grupo, dado poderem estar em causa aquilo de que já tinham ideia de que o Banco de Portugal tinha estado a investigar, tinha levantado questões, que a primeira decisão desse novo conselho de administração, mesmo até a uma nova assembleia-geral, fosse, efectivamente, mandar realizar uma auditoria externa, como, aliás, foi feito posteriormente?

Que razões é que levaram este conjunto de accionistas a não colocar esta questão como uma questão central?

O Sr. Almiro Silva: — Sr. Deputado, isso não dependia só de mim. Foi combinado entre nós que o Dr. Vakil só iria preencher o lugar de presidente entre o dia 20 de Fevereiro, data da sua posse, até à nova assembleia-geral. E isso é assunto arrumado.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Mas que objecções havia, digamos assim, à realização dessa auditoria?

O Sr. Almiro Silva: — Sr. Deputado, eu, pessoalmente, já disse aqui que não me parecia mal que o Dr. Vakil continuasse.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Mas qual a razão por que consideravam alguns accionistas que não deveria ser feita uma auditoria externa?

O Sr. Almiro Silva: — Sr. Deputado, eu falo por mim e os outros accionistas terão que falar por eles!

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Mas por que é que o Sr. Almiro Silva julgava que não devia ser feita uma auditoria até à realização da assembleia-geral? Até do ponto de vista de clarificar responsabilidades dentro do Grupo, isto é, vai ser realizada uma assembleia-geral, vai ser eleito o novo conselho de administração, eu diria que era obrigatório que houvesse uma clarificação de responsabilidades pelos problemas do Grupo relativamente ao futuro.

O Sr. Almiro Silva: — Nós pretendíamos que viesse gente nova para o Grupo, e gente com carisma de realmente dar a volta ao Grupo.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Ou vocês não tinham confiança suficiente na administração que tinham acabado de nomear para avançar com esse processo de auditoria da avaliação da situação?

O Sr. Almiro Silva: — Talvez fosse um pouco isso.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Coloco-lhe, ainda, duas questões mais breves: como accionista de referência não teve conhecimento e informações relativamente à reunião realizada com o vice-governador do Banco de Portugal Dr. António Marta, em 2005, sobre problemas existentes no Grupo?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não, Sr. Deputado, não tive conhecimento disso.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Os accionistas não tiveram nenhuma informação sobre esta matéria?

O Sr. Almiro Silva: — Sr. Deputado, o Banco de Portugal, lá, para nós, era *tabu*, não existia, não sabíamos nada sobre o Banco de Portugal nem sobre outras coisas.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Já agora, coloco uma última questão: depois de Janeiro de 2008, portanto, depois do novo conselho de administração, alguns membros – e, exactamente, começava por lhe perguntar a si próprio – tiveram créditos do BPN?

O Sr. Almiro Silva: — Não sei, Sr. Deputado. Eu não faço parte da comissão de crédito e não lhe posso responder a isso.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Mas o Sr. Almiro Silva não teve créditos depois ...

O Sr. Almiro Silva: — Eu não tive.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — E não conhece os membros da administração que tenham tido créditos?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não conheço.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marques Júnior): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A minha primeira questão é a seguinte: afinal de contas, o que é que conduziu à saída do Dr. Oliveira e Costa?

O Sr. Almiro Silva: — O que conduziu à saída do Dr. Oliveira e Costa foi que, realmente, ele já tinha terminado o seu mandato de oito anos, que nos tinha solicitado, e que era preciso, realmente, nova governação. Foi o motivo por que, realmente, nós...

O Sr. João Semedo (BE): — Não se importa de repetir?

O Sr. Almiro Silva: — Estava a dizer que ele tinha terminado o seu mandato de 8 anos e que era preciso nova administração, novas pessoas, porque aquilo estava muito numa única pessoa e nós queríamos alterar a governação.

O Sr. João Semedo (BE): — Nós, quem?

O Sr. Almiro Silva: — Nós, os accionistas.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, foi na sequência dessa vontade que o Dr. Oliveira e Costa prescindiu?

O Sr. Almiro Silva: — Sim.

O Sr. João Semedo (BE): — O senhor, há pouco, disse-nos que a nomeação do Dr. Abdool Vakil tinha sido feita com sentido provisório, mas eu creio que, há pouco, tinha dito o contrário, isto é, tinha dito que a nomeação ou indicação do Dr. Abdool Vakil... Claro que é sempre provisório, no sentido de que ele tinha que ser nomeado, eleito ou indigitado pela assembleia-geral, mas estou a falar da substância do problema.

Portanto, creio que, há pouco, nas suas palavras, eu, pelo menos interpretei-as assim, o Sr. Almiro disse-nos que havia um conjunto de accionistas que pretendiam que a nomeação do Dr. Abdool Vakil fosse uma nomeação para continuar e não uma nomeação provisória. Isto é verdade?

O Sr. Almiro Silva: — Não, não. O Sr. Dr. Vakil foi, desde o princípio, transitório. Foi sempre transitório, nunca foi para continuar. Não podia dizer isso.

O Sr. João Semedo (BE): — Não foi bem essa também a opinião que eu tinha sobre o próprio período que estamos a falar. O próprio não tinha essa opinião. Mas, pronto, para si isso é claro, isto é, que a nomeação do Dr. Abdool Vakil foi sempre uma nomeação provisória, temporária?

O Sr. Almiro Silva: — Provisória, exactamente! Provisória, quer dizer, até podia ser definitiva se viesse a acontecer a alteração, mas foi sempre provisória, desde o princípio.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas, do seu ponto de vista, e conforme disse há pouco, não se teria importado que ele continuasse?

O Sr. Almiro Silva: — Eu não me importava.

O Sr. João Semedo (BE): — Gostaria, também, de lhe perguntar – e são as duas últimas perguntas – se se tem encontrado, recentemente, com os Drs. Francisco Sanches ou Franquelim Alves. Tem tido contactos com eles?

O Sr. Almiro Silva: — Com quem?

O Sr. João Semedo (BE): — Com os senhores Franquelim Alves e Francisco Sanches.

O Sr. Almiro Silva: — Não, com o Sr. Franquelim Alves já não falo há muito tempo e com o Sr. Eng. Francisco Sanches estive com ele há 15 dias ou talvez três semanas.

O Sr. João Semedo (BE): — Por último, gostaria de lhe perguntar o seguinte: as suas empresas, para além da relação financeira com o Grupo e com empresas do grupo, trabalhavam para o Grupo ou tinham contratos com outras empresas do Grupo?

O Sr. Almiro Silva: — Não trabalhavam nada com o Grupo.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, a sua relação era exclusivamente financeira?

O Sr. Almiro Silva: — Sim, era só financeira. Não tenho mais nada, não tenho parceria nenhuma com o Grupo, não tenho coisa alguma com o Grupo, nem fiz trabalhos, nem fiz nada, para o Grupo.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Marques Júnior): — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Afonso Candal.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Almiro Silva, tenho algumas questões breves a colocar-lhe, mas porque algumas das suas respostas me levantaram dúvidas profundas e até complexas e, portanto, abordarei o tema, tentando não aumentar o incómodo do Sr. Almiro Silva, mas não posso deixar de as colocar.

O Sr. Almiro Silva: — Eu não estou incomodado, Sr. Deputado!

O Sr. Afonso Candal (PS): — Uma primeira questão, que gostaria de lhe colocar, e, enfim, admitindo que, se não quiser responder, pode perfeitamente não o fazer, e eu, depois, explicarei qual é o objectivo, é para saber em quanto está avaliada a sua posição na SLN. Ou seja, qual é que é o dinheiro que tem lá investido? Ou seja, a sua posição no universo da SLN, em números gordos, corresponde a um milhão de euros? A 10 milhões? A 50 milhões? A 100 milhões?... Isto porque, de facto, o Sr. Almiro é dos accionistas mais relevantes da SLN.

Dê-nos uma ideia, não propriamente da valorização actual, mas, no fundo, se a sua posição está entre os 50 e os 100 milhões de euros? Se está entre os 100 e os 200 milhões de euros?

O Sr. Almiro Silva: — Isso são muitos milhões, Sr. Deputado!... Eu podia responder mas, se formos ver o valor nominal das acções, é fácil de chegar lá.

O Sr. Afonso Candal (PS): — E quanto é? Estará na casa dos 20 milhões de euros?

O Sr. Almiro Silva: — É mais. É capaz de ser mais.

O Sr. Afonso Candal (PS): — É mais de 20 milhões de euros?

O Sr. Almiro Silva: — Sim.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Portanto, é uma posição forte para um accionista individual.

O Sr. Almiro Silva: — Forte de mais para a época!

O Sr. Afonso Candal (PS): — E foi reforçando a sua posição, ao longo do tempo? Ou seja, foi comprando acções?

O Sr. Almiro Silva: — Quer dizer, fui comprando ao longo do tempo, não foi tudo de uma só vez.

O Sr. Afonso Candal (PS): — E comprava as acções a quem?

O Sr. Almiro Silva: — Comprava ao Grupo, quando havia aumento de capital.

O Sr. Afonso Candal (PS): — E comprava ao valor nominal de um euro?

O Sr. Almiro Silva: — Não, algumas foram a mais.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Algumas foram mais e outras a menos, ou não?

O Sr. Almiro Silva: — Não, inicialmente, é que foi a menos, foi a um euro, ao valor nominal. Depois, teve que ser...

O Sr. Afonso Candal (PS): — Mas a compra das acções para reforço de posição, nomeadamente em sede de aumentos de capital, eram feitas, necessariamente ao Grupo, por valor acima daquilo que era o valor nominal?

O Sr. Almiro Silva: — Do valor que realmente era estipulado no aumento de capital?

O Sr. Afonso Candal (PS): — E nunca vendeu acções?

O Sr. Almiro Silva: — Eu nunca vendi acções.

O Sr. Afonso Candal (PS): — E se por acaso tivesse vendido acções, vendia a quem? Quer dizer, também era ao Grupo ou vendia a...

O Sr. Almiro Silva: — Não sei a quem venderia. Também nunca procurei compradores.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Mas sabe quem possa ter vendido? Qual é que era o mecanismo?

O Sr. Almiro Silva: — Não sei. Eu nunca procurei vender.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Disse-nos o Sr. Almiro Silva, se bem percebi — peço desculpa se não percebi, pois a intenção não é tentar adulterar as palavras mas é mesmo deixá-las ficar claras —, que até, de alguma forma, tinha preferência em relação ao Eng.º Francisco Sanches em vez da solução Dr. Abdool Vakil. No entanto, foi o Sr. Almiro que foi convidar o Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Almiro Silva: — Peço desculpa, mas é preciso esclarecer isso.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Certo, é exactamente com o propósito de esclarecer...

O Sr. Almiro Silva: — Primeiramente, estava indigitado o Eng. Francisco Sanches para ocupar o lugar. Depois, houve umas mudanças e o Dr. Oliveira e Costa saiu, repentinamente, e não havia condições para que o Eng. Francisco Sanches assumisse o cargo e, então, fomos convidar o Dr. Vakil. Isso foi tudo muito repentino.

O Sr. Afonso Candal (PS): — E foi o Sr. Almiro Silva que foi convidar?

O Sr. Almiro Silva: — Não, quer dizer, apenas fui chamar o senhor, e mais nada.

O Sr. Afonso Candal (PS): — E, depois, também foi por seu intermédio que foi comunicado ao Dr. Abdool Vakil que ele não podia fazer auditorias?

O Sr. Almiro Silva: — Não. Isso até nem foi comigo. Queria deixar aqui bem claro que a minha relação, quer com o Dr. Vakil quer com as outras pessoas, é óptima. Não tenho problema nenhum.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Não vou aqui tentar reproduzir as suas palavras, até porque elas serão integralmente transcritas na acta, fruto da gravação desta sessão, mas quando confrontado aqui com algumas questões que lhe foram postas, nomeadamente sobre se tinha ou não conhecimento de uma reunião, que terá havido, sobre imóveis – não sei se integralmente de imóveis ou não –, sendo que entendeu como razoável o número redondo dos 1000 milhões de euros, em termos de valor, e que não estavam consolidados no Grupo, ou seja, bem entendido, que seriam património seu, enquanto accionista, mas que não estavam na sociedade de que o Sr. Almiro era accionista e, portanto, no fundo, era o seu dinheiro que estava colocado fora do Grupo, o senhor disse que, de alguma forma, isso o preocupou.

Eu não sei se tem conhecimento de outras situações, que não propriamente essas, que possam estar elencadas...

O Sr. Almiro Silva: — Não, não tenho conhecimento.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Depois, digo-lhe que a relevância da questão é de saber se, de alguma forma, aquilo que não está consolidado no Grupo seria potencialmente consolidável no banco, ou se a forma mais correcta de registar esses activos seria no banco ou no universo SLN, mas fora do banco?

Sr. Almiro, a questão, penso, é razoavelmente clara porque se consolida no universo SLN, é seu e se consolida na parte BPN, é nosso porque o banco está nacionalizado.

E, portanto, há aqui uma *nuance*, que, porventura, não é *nuance*, e permita-me, porque vou tentar ler as suas palavras sem ser muito claro, porque também não tenho esse direito, porque não foi isso que disse, que lhe pergunte o seguinte: quando há determinado tipo de activos não consolidados, na casa dos 1000 milhões de euros, acha que é um número razoável, em termos de aproximação de valor, mas quanto àquilo que são as necessidades de financiamento do buraco do BPN avaliado em 1800 milhões de euros já acha muito?

O Sr. Almiro Silva: — Ó Sr. Deputado, eu não acho muito nem pouco, porque essas contas eu não as fiz. Eu não fiz essas avaliações, estou totalmente fora disso.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Eu sei, Sr. Almiro, mas o dinheiro era seu e, portanto, admito que, apesar de tudo, tivesse alguma preocupação em ir seguindo o que se passava.

O Sr. Almiro Silva: — Preocupado estou, isso é verdade. Agora, realmente essas coisas não passaram por mim; antes passassem!...

O Sr. Afonso Candal (PS): — E perante a questão, que também foi posta há pouco, e sobre que não levantou sérias reservas, não questionou, não exigiu, quer dizer, que houvesse outro tipo de comportamento por parte da administração, ou outro tipo de esclarecimentos que, manifestamente, não eram dados, como é o seu caso, que já o assumiu, e, porventura, aos outros accionistas também, e, como digo, não vou aqui repetir as suas palavras, porque elas serão transcritas, mas há aqui uma inibição grande!

Há um elemento inibidor que não sei se, inclusivamente, o Sr. Almiro transporta também para esta própria reunião, que acho que é da máxima relevância e, por isso, gostaria de saber qual a sua posição, que não é propriamente uma posição de somenos, enfim, de alguém que tem uma participação simbólica no capital de uma sociedade, mas é uma posição forte, qualificada, e, em termos de volume financeiro, muito significativa – e lembro que o Sr. Almiro não tem só a sua posição naquele Grupo, felizmente para si, porque essa está desvalorizada relativamente aquilo que devia ser.

Portanto, se alguém, que tem a sua posição, que tem a sua independência, se sente inibido e condicionado, de alguma forma, eu pergunto... Enfim, fisicamente não há-de ser porque, certamente, não será esse o seu problema, independentemente, quanto aos outros

administradores, de poder haver uns com maior ou menor estatura, mas penso que não será esse o problema, certamente.

Portanto, qual é o problema? Ou seja, o dinheiro é seu, o senhor é que é accionista, aquilo que acontecia na administração do banco era, no fundo, gerir uma sociedade que não era maioritariamente sua mas era sua também e com uma quota-parte bastante relevante, enquanto accionista geral e enquanto accionista individual. Quer dizer, e todos esses elementos inibidores da exigência de esclarecimento relativamente a algumas operações e relativamente às dúvidas que iam surgindo, e algumas delas em relação às quais era mesmo confrontado com elas, acho que isto tem máxima relevância.

E, portanto, como disse, não pretendo aumentar o incómodo do Sr. Almiro Silva, registo esse incómodo, com preocupação e a seu tempo depois...

O Sr. Almiro Silva: — Não é mais do que a minha! Não mais que a minha!

O Sr. Afonso Candal (PS): — Sr. Almiro, nós estamos aqui, e penso que o Sr. Almiro, independentemente dos tais factores inibidores sobre os quais nos pode falar, se entender, mas eu não pretendo agravá-los.

No entanto, se nos ajudar a apurar aquilo que é a verdade e aquilo que aconteceu, de facto, e de alguma forma também, na medida daquilo que são as nossas competências, quais são as responsabilidades, políticas desde logo, mas também as responsabilidades da gestão – entenda-se isto como terminologia pública, vulgar e não depreciativa – ruínosa ou de

quais foram os negócios ruinosos que obrigam a uma intervenção do Estado, através de uma nacionalização, e que acaba por apurar os números que vão sendo públicos, e que têm sido trazidos a esta Comissão, de cerca de 1800 milhões de buraco, quando nomeadamente um dos principais accionistas do universo SLN não contava com esse montante, relativamente à parte que foi nacionalizada.

Não sei se, depois, no todo, isso é compensado por outra via.

O Sr. Almiro Silva: — Sr. Deputado, tinha muita falta de informação, sempre tivemos imensa falta de informação. Nós sabemos mais, ultimamente, pela comunicação social. Os senhores sabem muito mais aqui do que nós sabemos. Se a gente soubesse só 5% daquilo que os senhores têm aqui de elementos, os accionistas não estariam hoje a aqui a conversar, porque teríamos tomado outras medidas. Nós não tivemos conhecimento das situações, porque as contas eram auditadas, havia ROC, havia o fiscal único, havia isso tudo e nós acreditamos, piamente, naquilo que nos era posto à nossa frente.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Sr. Almiro, admite, por exemplo, que esse factor inibidor, que não vou estar a aprofundar, também pudesse afectar alguns desses outros elementos, nomeadamente os sistemas de auditoria interna, os revisores officias de contas, os membros do conselho fiscal, enfim...

O Sr. Almiro Silva: — Não sei.

O Sr. Afonso Candal (PS): — E, já agora, em relação aos outros accionistas, o Sr. Almiro acha que era uma excepção o facto de não saber mas a generalidade sabia ou acha que pode haver excepções, que apesar de o Sr. Almiro não saber e a maioria não saber, alguns pudessem saber?

O Sr. Almiro Silva: — Ó Sr. Deputado, eu não sabia e os outros também não sabiam, porque íamos para o conselho superior, que era lá o local onde nos eram transmitidas todas as coisas do Grupo, e aquilo estava sempre certo, era tudo um mar de rosas, desculpe o termo, mas é verdade. E quanto a contas auditadas, contas com o ROC, contas com o fiscal único, era de acreditar no relatório de contas.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Mas mesmo confrontado com algumas situações que lhe eram apresentadas claramente, independentemente depois de...

O Sr. Almiro Silva: — Não, não confrontámos muitas situações porque realmente as coisas falam por si.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Muito bem. Então, uma última pergunta: quem é o A1?

O Sr. Almiro Silva: — Desconheço, desconheço!

O Sr. Afonso Candal (PS): — Eu também não sei.

O Sr. Presidente (Marques Júnior): — Obrigado, Sr. Deputado Afonso Candal.

Em nome da Comissão, queria agradecer ao Sr. Almiro Silva os esclarecimentos que nos deu para os bons trabalhos desta Comissão e queria informar os Srs. Deputados que já estão confirmadas as próximas audiências para a próxima semana.

O Sr. Almiro Silva: — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente (Marques Júnior): — Faça favor.

O Sr. Almiro Silva: — Queria dizer aos senhores que estou sempre ao vosso dispor para aquilo que for necessário esclarecer.

O Sr. Presidente (Marques Júnior): — Sim, obrigado.

Srs. Deputados, Srs. Assessores, Srs. Jornalistas, bom fim-de-semana, está encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 35 minutos.